

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

Dfs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Dfs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	17
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	19
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	20
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	21
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	23
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	24
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	25
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	26
----------------------------------	----

Relatório da Administração/comentário do Desempenho	28
---	----

Notas Explicativas	41
--------------------	----

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	114
--	-----

Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	117
---	-----

Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	118
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	200.000.000
Preferenciais	0
Total	200.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	2.406.314
Preferenciais	0
Total	2.406.314

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	936.146	981.336	834.211
1.01	Ativo Circulante	478.010	439.307	424.365
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	103.588	80.924	108.968
1.01.02	Aplicações Financeiras	17.446	0	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	17.446	0	0
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	17.446	0	0
1.01.03	Contas a Receber	221.427	216.706	197.580
1.01.03.01	Clientes	217.684	206.999	186.360
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.743	9.707	11.220
1.01.03.02.01	Outras contas a receber	3.743	3.170	4.537
1.01.03.02.02	Dividendos a receber	0	6.537	6.683
1.01.04	Estoques	108.534	106.046	109.634
1.01.06	Tributos a Recuperar	26.824	26.033	1.595
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	26.824	26.033	1.595
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	26.824	26.033	1.595
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	191	9.598	6.588
1.01.08.03	Outros	191	9.598	6.588
1.01.08.03.01	Ativo fiscal corrente	191	9.598	6.588
1.02	Ativo Não Circulante	458.136	542.029	409.846
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	31.449	48.385	1.219
1.02.01.04	Contas a Receber	556	0	0
1.02.01.04.01	Clientes	556	0	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	30.632	48.385	1.219
1.02.01.07.02	Impostos a recuperar	29.816	47.435	671
1.02.01.07.03	Ativo fiscal diferido	816	950	548
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	261	0	0
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	261	0	0
1.02.02	Investimentos	187.219	257.403	210.967
1.02.02.01	Participações Societárias	187.219	257.403	210.967

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	187.077	257.261	210.825
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	142	142	142
1.02.03	Imobilizado	235.175	231.784	192.488
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	235.175	231.784	192.488
1.02.04	Intangível	4.293	4.457	5.172
1.02.04.01	Intangíveis	4.293	4.457	5.172

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	936.146	981.336	834.211
2.01	Passivo Circulante	111.608	92.755	80.678
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.032	13.535	14.541
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	13.032	13.535	14.541
2.01.01.02.01	Salários e férias a pagar	13.032	13.535	14.541
2.01.02	Fornecedores	29.033	23.449	16.077
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	23.175	20.334	15.988
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	5.858	3.115	89
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	18.014	25.468	18.300
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	12.223	21.513	18.300
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	420	2.941	5.461
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	11.803	18.572	12.839
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	5.791	3.955	0
2.01.04.03.01	Passivo de arrendamentos	5.791	3.955	0
2.01.05	Outras Obrigações	51.529	30.303	31.760
2.01.05.02	Outros	51.529	30.303	31.760
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	30.440	18.539	15.552
2.01.05.02.04	Impostos e contribuições a recolher	13.460	9.222	9.596
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	7.629	2.542	6.612
2.02	Passivo Não Circulante	90.201	103.440	50.786
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	40.266	45.094	19.526
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	9.067	10.878	19.526
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	9.067	10.878	19.526
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	31.199	34.216	0
2.02.01.03.01	Passivo de arrendamentos	31.199	34.216	0
2.02.02	Outras Obrigações	49.935	58.346	30.693
2.02.02.02	Outros	49.935	58.346	30.693
2.02.02.02.03	Passivo fiscal diferido	47.793	57.490	30.462
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	1.286	0	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.02.02.02.05	Impostos e contribuições a recolher	856	856	231
2.02.04	Provisões	0	0	567
2.02.04.02	Outras Provisões	0	0	567
2.02.04.02.04	Provisões para contingências	0	0	567
2.03	Patrimônio Líquido	734.337	785.141	702.747
2.03.01	Capital Social Realizado	628.156	545.260	500.754
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-7.973	-7.973	-1.972
2.03.02.07	Reserva de capital	7.973	7.973	1.972
2.03.04	Reservas de Lucros	14	131.672	92.700
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	106.167	108.209	109.293
2.03.07.01	Ajuste de avaliação patrimonial	106.167	108.209	109.293

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	569.367	654.496	627.328
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-405.855	-449.711	-425.718
3.03	Resultado Bruto	163.512	204.785	201.610
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-176.751	-65.506	-110.997
3.04.01	Despesas com Vendas	-80.266	-107.538	-102.135
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-34.827	-38.278	-35.708
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-1.329	-8.522	-1.367
3.04.03.01	Perdas esperadas com créditos	-1.329	-8.522	-1.367
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	6.867	83.553	1.874
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.410	-9.175	-5.751
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-63.786	14.454	32.090
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-13.239	139.279	90.613
3.06	Resultado Financeiro	-6.921	-122	3.427
3.06.01	Receitas Financeiras	6.385	13.330	12.139
3.06.02	Despesas Financeiras	-13.306	-13.452	-8.712
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-20.160	139.157	94.040
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	3.188	-26.626	-1.311
3.08.01	Corrente	-6.374	0	0
3.08.02	Diferido	9.562	-26.626	-1.311
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-16.972	112.531	92.729
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-16.972	112.531	92.729
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,08590	0,56950	0,46640

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-16.972	112.531	92.729
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-841	499	-2.600
4.03	Resultado Abrangente do Período	-17.813	113.030	90.129

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	89.200	59.402	69.883
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	76.860	143.710	80.178
6.01.01.01	(Prejuízo) lucro líquido do exercício	-16.972	112.531	92.729
6.01.01.02	Depreciação e amortização	17.961	18.109	13.822
6.01.01.03	Provisões para contingências	0	-567	-696
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	-3.189	26.626	1.311
6.01.01.05	Variação monetária, cambial e juros	7.268	1.241	767
6.01.01.06	Provisão para perdas de créditos esperadas	1.329	8.522	2.579
6.01.01.07	Provisão para perdas de estoques	5.784	-8.656	1.000
6.01.01.08	Custo do ativo imobilizado baixado	893	358	756
6.01.01.09	Equivalência patrimonial	63.786	-14.454	-32.090
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	14.983	-82.196	-615
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-8.921	-25.284	-6.055
6.01.02.02	Estoques	-8.272	12.244	-3.266
6.01.02.03	Impostos a recuperar	16.828	-74.212	9.635
6.01.02.04	Outras contas a receber	-572	1.367	3.115
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-261	0	366
6.01.02.06	Fornecedores	5.584	7.372	661
6.01.02.07	Salários e férias a pagar	-503	-1.006	-3.257
6.01.02.08	Impostos e contribuições a recolher	5.409	251	589
6.01.02.09	Outras contas a pagar	5.691	-2.928	-2.403
6.01.03	Outros	-2.643	-2.112	-9.680
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	0	-5.661
6.01.03.02	Juros pagos	-2.643	-2.112	-4.019
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-23.566	-47.541	15.632
6.02.01	Lucros recebidos	12.933	34.980	33.247
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-17.617	-14.515	-1.191
6.02.03	Aquisição de intangível	-1.436	-1.045	-11.600
6.02.04	Aumento em aplicações financeiras	-17.446	0	0

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.02.05	Aumento de capital controlada	0	-51.661	-4.824
6.02.06	Aumento no Investimento (Pgto ex-sócios)	0	-15.300	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-42.970	-39.905	-47.241
6.03.01	Pagamento de arrendamento	-4.219	-6.168	0
6.03.02	Pagamento de dividendos	-5.788	-22.692	0
6.03.03	Pagamento de juros sobre capital próprio	-12.750	-5.610	-24.565
6.03.04	Financiamentos e empréstimos tomados	0	16.760	0
6.03.05	Pagamentos de financiamentos e empréstimos	-20.213	-22.195	-22.676
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	22.664	-28.044	38.274
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	80.924	108.968	70.694
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	103.588	80.924	108.968

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	545.260	108.209	131.672	0	0	785.141
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	545.260	108.209	131.672	0	0	785.141
5.04	Transações de Capital com os Sócios	82.896	-1.201	-98.886	-15.799	0	-32.990
5.04.01	Aumentos de Capital	82.896	0	-82.896	0	0	0
5.04.08	Dividendos adicionais propostos pagos	0	0	-15.990	0	0	-15.990
5.04.09	Realização do custo atribuído	0	-1.201	0	1.201	0	0
5.04.10	Juros sobre capital próprio	0	0	0	-17.000	0	-17.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-16.973	0	-16.973
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-16.973	0	-16.973
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-841	-32.772	32.772	0	-841
5.06.05	Perda com hedge de fluxo de caixa	0	-841	0	0	0	-841
5.06.06	Absorção dos prejuízos fiscais com saldos de reservas de lucros	0	0	-32.772	32.772	0	0
5.07	Saldos Finais	628.156	106.167	14	0	0	734.337

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	500.754	109.293	92.700	0	0	702.747
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	500.754	109.293	92.700	0	0	702.747
5.04	Transações de Capital com os Sócios	44.506	-1.583	-48.354	1.583	0	-3.848
5.04.01	Aumentos de Capital	44.506	0	-44.506	0	0	0
5.04.08	Dividendos adicionais propostos pagos	0	0	-3.848	0	0	-3.848
5.04.09	Realização do custo atribuído	0	-1.583	0	1.583	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	499	-6.001	112.531	0	107.029
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	112.531	0	112.531
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	499	-6.001	0	0	-5.502
5.05.02.06	Perda com hedge de fluxo de caixa	0	499	0	0	0	499
5.05.02.07	Transações com acionistas	0	0	-6.001	0	0	-6.001
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	93.327	-114.114	0	-20.787
5.06.04	Reserva legal	0	0	5.627	-5.627	0	0
5.06.05	Reserva de incentivos fiscais	0	0	21.509	-21.509	0	0
5.06.06	Reserva de liquidez	0	0	11.255	-11.255	0	0
5.06.07	Reserva de Lucros a Distribuir	0	0	34.708	-34.708	0	0
5.06.08	Reserva para investimentos	0	0	4.238	-4.238	0	0
5.06.09	Juros sobre capital próprio	0	0	0	-15.000	0	-15.000
5.06.10	Dividendos mínimo obrigatório	0	0	0	-5.787	0	-5.787
5.06.11	Dividendos adicionais propostos	0	0	15.990	-15.990	0	0
5.07	Saldos Finais	545.260	108.209	131.672	0	0	785.141

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	428.810	113.926	86.424	0	0	629.160
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	428.810	113.926	86.424	0	0	629.160
5.04	Transações de Capital com os Sócios	71.944	-2.033	-71.944	2.033	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	71.944	0	-71.944	0	0	0
5.04.08	Realização do custo atribuído	0	-2.033	0	2.033	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	-2.600	78.220	-2.033	0	73.587
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	92.729	0	92.729
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-2.600	78.220	-94.762	0	-19.142
5.05.02.06	Perda com hedge de fluxo de caixa	0	-2.600	0	0	0	-2.600
5.05.02.07	Reserva legal	0	0	4.950	-4.950	0	0
5.05.02.08	Reserva de incentivos fiscais	0	0	21.942	-21.942	0	0
5.05.02.09	Reserva de liquidez	0	0	9.900	-9.900	0	0
5.05.02.10	Reserva para investimentos	0	0	37.580	-37.580	0	0
5.05.02.11	Juros sobre capital próprio	0	0	0	-6.600	0	-6.600
5.05.02.12	Dividendos mínimo obrigatório	0	0	0	-9.942	0	-9.942
5.05.02.13	Dividendos adicionais propostos	0	0	3.848	-3.848	0	0
5.07	Saldos Finais	500.754	109.293	92.700	0	0	702.747

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	702.721	796.209	767.999
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	702.912	803.778	769.907
7.01.02	Outras Receitas	1.138	953	671
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.329	-8.522	-2.579
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-335.761	-335.087	-364.074
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-250.294	-268.308	-231.375
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-95.124	-76.785	-125.794
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	9.657	10.006	-6.905
7.03	Valor Adicionado Bruto	366.960	461.122	403.925
7.04	Retenções	-17.961	-18.109	-13.822
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-17.961	-18.109	-13.822
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	348.999	443.013	390.103
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-54.751	35.067	51.345
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-63.787	14.454	32.090
7.06.02	Receitas Financeiras	9.036	20.613	19.255
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	294.248	478.080	441.448
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	294.248	478.080	441.448
7.08.01	Pessoal	162.788	199.974	196.869
7.08.01.01	Remuneração Direta	132.015	154.507	152.323
7.08.01.02	Benefícios	18.740	31.228	30.309
7.08.01.03	F.G.T.S.	12.033	14.239	14.237
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	131.056	148.236	139.590
7.08.02.01	Federais	72.689	84.849	79.454
7.08.02.02	Estaduais	58.367	63.375	60.122
7.08.02.03	Municipais	0	12	14
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	17.376	17.339	12.260
7.08.03.01	Juros	3.580	4.473	3.163
7.08.03.02	Aluguéis	420	7	0
7.08.03.03	Outras	13.376	12.859	9.097

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-16.972	112.531	92.729
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	17.000	15.000	6.600
7.08.04.02	Dividendos	15.990	21.785	13.797
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-49.962	75.746	72.332

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	969.509	1.042.509	943.737
1.01	Ativo Circulante	583.606	585.190	556.964
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	104.851	83.509	109.805
1.01.02	Aplicações Financeiras	17.446	0	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	17.446	0	0
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	17.446	0	0
1.01.03	Contas a Receber	263.638	260.623	244.427
1.01.03.01	Clientes	263.638	260.623	244.427
1.01.04	Estoques	163.815	198.393	185.829
1.01.06	Tributos a Recuperar	27.181	26.610	1.837
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	27.181	26.610	1.837
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	27.181	26.610	1.837
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.675	16.055	15.066
1.01.08.03	Outros	6.675	16.055	15.066
1.01.08.03.01	Ativo fiscal corrente	1.781	11.189	7.665
1.01.08.03.02	Outras contas a receber	4.894	4.866	7.401
1.02	Ativo Não Circulante	385.903	457.319	386.773
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	50.900	113.504	76.343
1.02.01.04	Contas a Receber	2.846	3.059	2.959
1.02.01.04.01	Clientes	2.846	3.059	2.959
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	48.054	110.445	73.384
1.02.01.10.03	Impostos a recuperar	29.818	47.437	678
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	8.009	6.926	19.446
1.02.01.10.05	Ativo fiscal diferido	10.227	56.082	53.260
1.02.02	Investimentos	142	142	142
1.02.02.01	Participações Societárias	142	142	142
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	142	142	142
1.02.03	Imobilizado	269.407	277.251	249.206
1.02.04	Intangível	65.454	66.422	61.082

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1.02.04.01	Intangíveis	65.454	66.422	61.082

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	969.509	1.042.509	943.737
2.01	Passivo Circulante	128.144	125.162	150.719
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	16.767	19.518	19.288
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	16.767	19.518	19.288
2.01.01.02.01	Salários e férias a pagar	16.767	19.518	19.288
2.01.02	Fornecedores	41.795	39.641	23.991
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	35.921	36.526	23.164
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	5.874	3.115	827
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	18.014	29.248	72.938
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	12.223	25.293	72.938
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	420	4.046	11.296
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	11.803	21.247	61.642
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	5.791	3.955	0
2.01.04.03.01	Passivo de arrendamentos	5.791	3.955	0
2.01.05	Outras Obrigações	51.568	36.755	34.502
2.01.05.02	Outros	51.568	36.755	34.502
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	30.440	18.545	15.559
2.01.05.02.04	Imposto de renda e contribuição social a recolher	0	1.475	1.619
2.01.05.02.05	Impostos e contribuições a recolher	16.866	13.239	12.773
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	4.262	3.496	4.551
2.02	Passivo Não Circulante	107.028	132.206	90.271
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	40.282	45.111	22.356
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	9.083	10.895	22.356
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	9.083	10.895	22.356
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	31.199	34.216	0
2.02.01.03.01	Passivo de arrendamentos	31.199	34.216	0
2.02.02	Outras Obrigações	62.018	72.627	38.032
2.02.02.02	Outros	62.018	72.627	38.032
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições a recolher	5.255	6.524	231

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.02.02.02.04	Passivo fiscal diferido	56.763	66.103	37.801
2.02.04	Provisões	4.728	14.468	29.883
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.728	14.468	29.883
2.02.04.01.05	Provisões para contingências	3.443	14.468	29.883
2.02.04.01.06	Outras contas a pagar	1.285	0	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	734.337	785.141	702.747
2.03.01	Capital Social Realizado	628.156	545.260	500.754
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-7.973	-7.973	-1.972
2.03.02.07	Reserva de Capital	7.973	7.973	1.972
2.03.04	Reservas de Lucros	14	131.672	92.700
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	106.167	108.209	109.293
2.03.07.01	Ajuste de avaliação patrimonial	106.167	108.209	109.293

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	732.190	891.326	860.086
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-550.297	-616.922	-591.609
3.03	Resultado Bruto	181.893	274.404	268.477
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-148.466	-125.885	-187.537
3.04.01	Despesas com Vendas	-108.806	-144.295	-142.709
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-48.875	-64.609	-62.091
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-3.051	-6.940	-6.621
3.04.03.01	Perdas esperadas com créditos	-3.051	-6.940	-6.621
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	22.463	111.251	33.275
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-10.197	-21.292	-9.391
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	33.427	148.519	80.940
3.06	Resultado Financeiro	-6.529	-5.567	-3.260
3.06.01	Receitas Financeiras	9.036	20.613	19.255
3.06.02	Despesas Financeiras	-15.565	-26.180	-22.515
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	26.898	142.952	77.680
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-43.865	-30.409	15.083
3.08.01	Corrente	-7.351	-4.928	-4.640
3.08.02	Diferido	-36.514	-25.481	19.723
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-16.967	112.543	92.763
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-16.967	112.543	92.763
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-16.973	112.531	92.729
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	6	12	34
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,08600	0,57000	0,46600
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,08600	0,57000	0,46600

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-16.967	112.543	92.763
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-841	499	-2.600
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-17.808	113.042	90.163
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-17.813	113.030	90.129
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	5	12	34

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	105.272	83.574	110.120
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	62.138	148.471	87.922
6.01.01.01	(Prejuízo) lucro líquido do exercício	-16.967	112.543	92.763
6.01.01.02	Depreciação e amortização	30.789	27.581	19.212
6.01.01.03	Provisões para contingências	-11.025	-16.859	-16.745
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	43.865	30.409	-10.294
6.01.01.05	Variação monetária, cambial e juros	6.323	1.665	1.800
6.01.01.06	Provisão para perdas de créditos esperadas	3.051	6.940	6.621
6.01.01.07	Provisão para perdas de estoques	5.784	-11.406	-6.700
6.01.01.08	Custo do ativo imobilizado baixado	318	-2.402	1.265
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	46.741	-54.023	42.027
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-608	-16.891	13.092
6.01.02.02	Estoques	28.794	-1.158	12.608
6.01.02.03	Impostos a recuperar	17.048	-75.056	9.225
6.01.02.04	Outras contas a receber	-28	2.536	4.664
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-1.083	13.965	3.379
6.01.02.06	Fornecedores	2.154	15.650	3.964
6.01.02.07	Salários e férias a pagar	-2.751	230	-2.339
6.01.02.08	Impostos e contribuições a recolher	1.162	6.615	732
6.01.02.09	Outras contas a pagar	2.053	86	-3.298
6.01.03	Outros	-3.607	-10.874	-19.829
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-977	-4.928	-10.263
6.01.03.02	Juros pagos	-2.630	-5.946	-9.566
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-37.179	-17.087	-17.769
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-18.234	-15.916	-16.354
6.02.02	Aquisição de intangível	-1.499	-1.171	-1.415
6.02.03	Aumento em aplicações financeiras	-17.446	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-46.751	-92.783	-53.583
6.03.01	Pagamento de arrendamento	-4.219	-6.168	0

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.03.02	Pagamento de dividendos	-5.788	-22.692	-34
6.03.03	Pagamento de juros sobre capital próprio	-12.750	-5.610	-24.565
6.03.04	Fianciamentos e empréstimos tomados	0	16.760	65.900
6.03.05	Pagamentos de financiamentos e empréstimos	-23.994	-75.073	-94.884
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	21.342	-26.296	38.768
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	83.509	109.805	71.037
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	104.851	83.509	109.805

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	545.260	108.209	131.672	0	0	785.141	0	785.141
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	545.260	108.209	131.672	0	0	785.141	0	785.141
5.04	Transações de Capital com os Sócios	82.896	-1.199	-98.886	-15.801	0	-32.990	0	-32.990
5.04.01	Aumentos de Capital	82.896	0	-82.896	0	0	0	0	0
5.04.08	Dividendos adicionais propostos pagos	0	0	-15.990	0	0	-15.990	0	-15.990
5.04.09	Realização do custo atribuído	0	-1.199	0	1.199	0	0	0	0
5.04.10	Juros sobre capital próprio	0	0	0	-17.000	0	-17.000	0	-17.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-16.973	0	-16.973	0	-16.973
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-16.973	0	-16.973	0	-16.973
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-843	-32.772	32.774	0	-841	0	-841
5.06.04	Constituição de reserva de incentivos fiscais	0	0	14	0	0	14	0	14
5.06.05	Perda com hedge de fluxo de caixa	0	-843	0	0	0	-843	0	-843
5.06.06	Absorção dos prejuízos fiscais com saldos de reservas de lucros	0	0	-32.786	32.774	0	-12	0	-12
5.07	Saldos Finais	628.156	106.167	14	0	0	734.337	0	734.337

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	500.754	109.293	92.700	0	0	702.747	0	702.747
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	500.754	109.293	92.700	0	0	702.747	0	702.747
5.04	Transações de Capital com os Sócios	44.506	-1.583	-48.354	1.583	0	-3.848	0	-3.848
5.04.01	Aumentos de Capital	44.506	0	-44.506	0	0	0	0	0
5.04.08	Dividendos adicionais propostos pagos	0	0	-3.848	0	0	-3.848	0	-3.848
5.04.09	Realização do custo atribuído	0	-1.583	0	1.583	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	499	-6.001	112.531	0	107.029	0	107.029
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	112.531	0	112.531	0	112.531
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	499	-6.001	0	0	-5.502	0	-5.502
5.05.02.06	Perda com hedge de fluxo de caixa	0	499	0	0	0	499	0	499
5.05.02.07	Transações com acionistas	0	0	-6.001	0	0	-6.001	0	-6.001
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	93.327	-114.114	0	-20.787	0	-20.787
5.06.04	Reserva legal	0	0	5.627	-5.627	0	0	0	0
5.06.05	Reserva de incentivos fiscais	0	0	21.509	-21.509	0	0	0	0
5.06.06	Reserva de liquidez	0	0	11.255	-11.255	0	0	0	0
5.06.07	Reserva de Lucros a Distribuir	0	0	34.708	-34.708	0	0	0	0
5.06.08	Reserva para investimentos	0	0	4.238	-4.238	0	0	0	0
5.06.09	Juros sobre capital próprio	0	0	0	-15.000	0	-15.000	0	-15.000
5.06.10	Dividendos mínimo obrigatório	0	0	0	-5.787	0	-5.787	0	-5.787
5.06.11	Dividendos adicionais propostos	0	0	15.990	-15.990	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	545.260	108.209	131.672	0	0	785.141	0	785.141

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	428.810	113.926	86.424	0	0	629.160	0	629.160
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	428.810	113.926	86.424	0	0	629.160	0	629.160
5.04	Transações de Capital com os Sócios	71.944	-2.033	-71.944	2.033	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	71.944	0	-71.944	0	0	0	0	0
5.04.08	Realização do custo atribuído	0	-2.033	0	2.033	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	-2.600	0	92.729	0	73.587	33	73.587
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	0	92.729	0	92.729
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-2.600	0	92.729	0	-19.142	33	-19.142
5.05.02.06	Perda com hedge de fluxo de caixa	0	-2.600	0	0	0	-2.600	0	-2.600
5.05.02.07	Reserva legal	0	0	0	92.729	0	0	33	0
5.05.02.11	Juros sobre capital próprio Juros sobre capital próprio Juros sobre capital próprio	0	0	0	0	0	-6.600	0	-6.600
5.05.02.12	Dividendos mínimo obrigatório	0	0	0	0	0	-9.942	0	-9.942
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	78.220	-94.762	0	0	-33	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	4.950	-4.950	0	0	0	0
5.06.05	Reserva de incentivos fiscais	0	0	21.942	-21.942	0	0	0	0
5.06.06	Reserva de liquidez	0	0	9.900	-9.900	0	0	0	0
5.06.07	Reserva para investimentos	0	0	37.580	-37.580	0	0	0	0
5.06.08	Juros sobre capital próprio	0	0	0	-6.600	0	0	0	0
5.06.09	Dividendos mínimo obrigatório	0	0	0	-9.942	0	0	0	0
5.06.10	Dividendos adicionais propostos	0	0	3.848	-3.848	0	0	-33	0
5.07	Saldos Finais	500.754	109.293	92.700	0	0	702.747	0	702.747

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	897.416	1.079.152	1.055.158
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	888.273	1.071.192	1.035.653
7.01.02	Outras Receitas	12.194	14.900	26.126
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-3.051	-6.940	-6.621
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-505.985	-479.033	-483.963
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-340.370	-351.852	-313.623
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-187.977	-143.901	-168.666
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	22.362	16.720	-1.674
7.03	Valor Adicionado Bruto	391.431	600.119	571.195
7.04	Retenções	-30.789	-27.581	-19.212
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-30.789	-27.581	-19.212
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	360.642	572.538	551.983
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.036	20.613	19.255
7.06.02	Receitas Financeiras	9.036	20.613	19.255
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	369.678	593.151	571.238
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	369.678	593.151	571.238
7.08.01	Pessoal	213.099	263.281	280.209
7.08.01.01	Remuneração Direta	170.151	210.332	212.645
7.08.01.02	Benefícios	26.808	33.849	45.127
7.08.01.03	F.G.T.S.	16.140	19.100	22.437
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	152.124	176.537	169.866
7.08.02.01	Federais	90.947	109.317	104.141
7.08.02.02	Estaduais	61.176	67.202	65.705
7.08.02.03	Municipais	1	18	20
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	21.422	40.790	28.400
7.08.03.01	Juros	3.901	9.544	9.658
7.08.03.02	Aluguéis	611	232	0
7.08.03.03	Outras	16.910	31.014	18.742
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-16.967	112.543	92.763

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	17.000	15.000	6.600
7.08.04.02	Dividendos	15.990	21.779	13.790
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-49.957	75.764	72.373



LUPO | 100
a n o s

Relatório da Administração 2020

16/08/2021



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Dinucci - Presidente

Alexandra Lupo

Altamiro Boscoli

Elvio Lupo Júnior

Liliana Aufiero

CONSELHO FISCAL

Sérgio Odair Perguer - Presidente

Eduardo Quirino dos Santos

Wagner Mar

DIRETORIA

Liliana Aufiero

Presidente

Carlos Alberto Mazzeu

Superintendente

João Daniel Buoro

Diretor Administrativo Financeiro

Geraldo Donizeti Spera

Diretor Industrial

Rogério Guimarães

Diretor de Franquias

André Fernando Bueno

Contador – CRC 1SP-277378/O-6

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Mensagem da Administração

No ano de 2020 a Lupo seguia normalmente em busca das metas estabelecidas quando, em 20/03, as diretrizes governamentais, visando reduzir a propagação do vírus do Covid-19, determinaram o fechamento do comércio no Estado de São Paulo. Essa medida induziu à necessidade de paralisação da nossa indústria pois além do comércio de Araraquara estar fechado estavam também fechados nossos principais clientes do Estado de São Paulo, o Estado de maior concentração de faturamento.

Como produzir sem poder enviar as mercadorias? Por quanto tempo seria essa paralisação? E as matérias primas? Como seria a atuação dos fornecedores? Hoje sabemos quanto aumentaram seus preços. Decisão difícil. Inusitada. Sem exemplos anteriores de situações análogas.

Decisões emergenciais se sucederam, férias foram dadas, planos governamentais para amparar recursos humanos foram aplicados. A paralisação fabril durou quase 3 meses. Essa situação foi espelhada na unidade de Itabuna.

Entretanto, como regra geral, na crise nascem as oportunidades. Inicialmente montamos uma pequena unidade para produzir máscaras para doar à Santa Casa, mesmo sem nunca termos produzido uma sequer. A situação era de urgência total pois o estoque estava zerado. A Santa Casa tem sempre recebido atenção da Lupo. É quem procura sempre socorrê-la. Essa força tarefa descobriu como fazer e onde achar matéria prima autorizada pela Anvisa. Conseguimos fornecer, gratuitamente, não somente à Santa Casa como também a muitos nosocômios da vizinhança. Desde então iniciou-se fornecimento gratuito contínuo à Santa Casa de 5.000 máscaras semanais para o consumo normal.

Nasceu, nesse momento, a ideia de utilizar nosso conhecimento em tecelagem para criar nos teares, uma máscara que preenchesse os requisitos necessários cuja aceitação pelo mercado propagou-se como rastilho de pólvora. O faturamento veio crescendo e foram também crescentes as criatividade e melhorias na produção resultando no desenvolvimento desse produto em máquinas ociosas do setor de meias-calças.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Os layouts das áreas produtivas foram alterados para mantermos as distâncias permitidas entre pessoas, com as grávidas e as pessoas de risco em casa. Foram alterados os sistemas de transporte, implantados trabalho remoto, desenvolvidos sistemas que permitissem a venda por redes sociais, desenvolvidos protocolos que garantissem a segurança de nossos trabalhadores e prestadores de serviços.

Após essa paralisação de tantos dias, seguida da reabertura parcial do comércio, com restrições variáveis de horários, chegaram pedidos de compra de produtos nitidamente focados em utilizações caseira. O faturamento foi retomando e foi crescente. Finalizamos 2020 com faturamento líquido consolidado de R\$ 732,2 milhões, representando 82% em relação ao ano de 2019 com apenas 78% de dias trabalhados no ano. O faturamento consolidado de máscaras atingiu R\$ 59,1 milhões com volume de 18,8 milhões de máscaras.

Hoje, olhando para as dificuldades enfrentadas, ações implementadas e os resultados evidenciados nos números da companhia, estamos convictos que temos força, conhecimento e criatividade para enfrentar as jornadas que virão.

Liliana Aufiero
Diretora Presidente

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

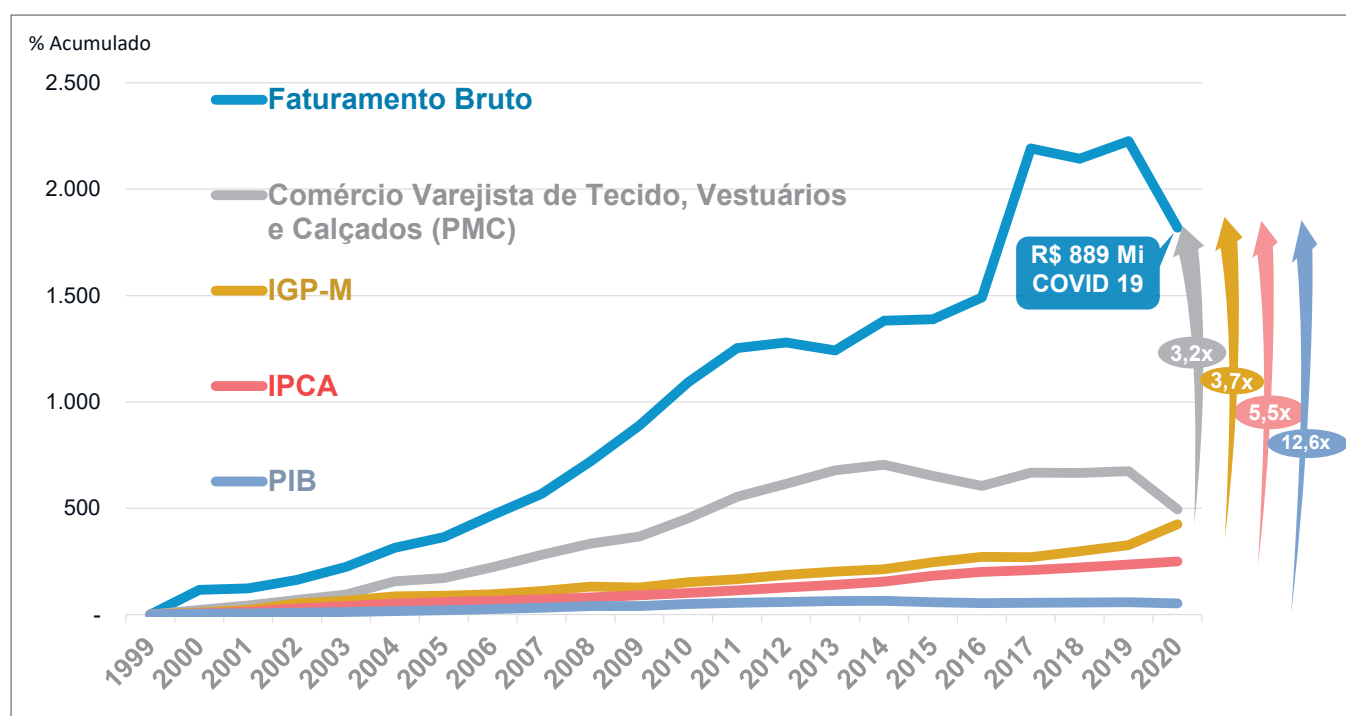
Ambiente Econômico

O ambiente econômico em 2020 foi fortemente afetado pelo Cenário Covid, interrompendo a curva de recuperação econômica que despontava em 2019. O resultado foi **queda de 4,1% no PIB**, mesmo com a recuperação observada no último trimestre de 2020. **A taxa de desemprego** que vinha diminuindo nos últimos anos **voltou a subir atingindo taxa média de 13,1%** no 3T20 frente a 11,9% em 2019.

A Pesquisa Mensal do Comércio - PMC do IBGE, indicador que permite acompanhar o comportamento conjuntural do comércio, mostra que o resultado de 2020 foi uma **queda nas vendas nominal de 23,2%**, nas atividades relacionadas a **tecidos, vestuário e calçados**, mesmo com a ajuda emergencial implantado pelo governo. Os custos também tiveram forte impacto pela variação positiva da taxa cambial, provocando desabastecimento ao longo do ano.

O gráfico, a seguir, compara o faturamento bruto com indicadores econômicos. São eles – Índice do Comércio Varejista de Tecidos, Vestuários e Calçados (PMC), IGP-M, IPCA e o PIB. O faturamento acumulado da Lupo descola-se de todos esses indicadores.

PERCENTUAL ACUMULADO FATURAMENTO BRUTO VS. ÍNDICES ECONÔMICOS



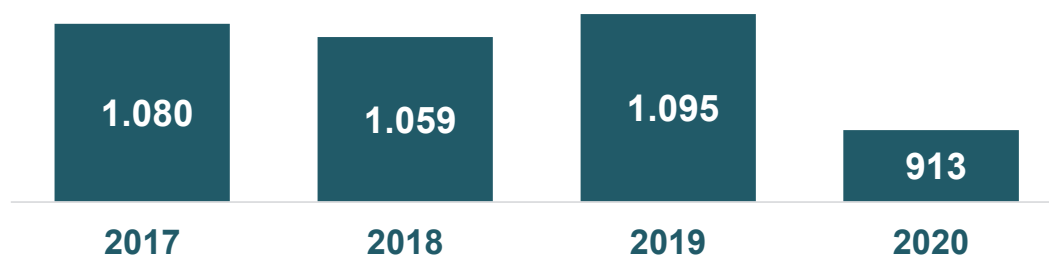
Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Desempenho Econômico e Financeiro

RECEITA BRUTA

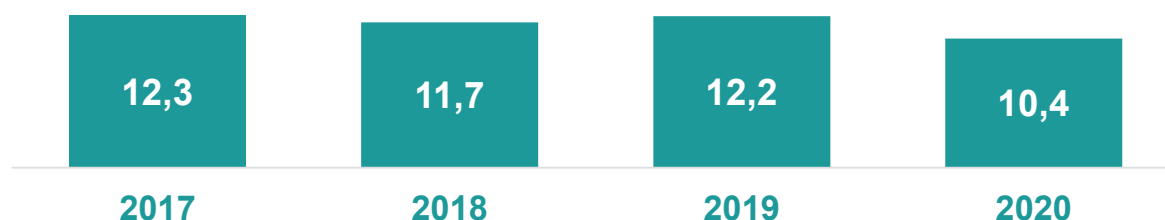
O ano de 2020 iniciou com boas perspectivas para a Lupo, apresentando um crescimento nos dois primeiros meses de 12% na receita bruta. Entre março a setembro as receitas foram impactadas fortemente pelas restrições da pandemia, gerando uma queda média de 30% nas receitas. O bom resultado obtido no último trimestre de 2020, com crescimento de 19% nas receitas, não foi suficiente para recuperar as perdas. O valor da receita operacional bruta consolidado de R\$ 913 milhões corresponde a queda de 17% em relação a 2019.

Receita Bruta Consolidado – Em milhões de R\$



Em sintonia com o faturamento, o volume vendido em 2020 apresentou uma queda de 15%, no montante de 10,4 milhões de dúzias contra 12,2 milhões vendidas em 2019.

Volume em Dúzias Faturadas – Em milhões



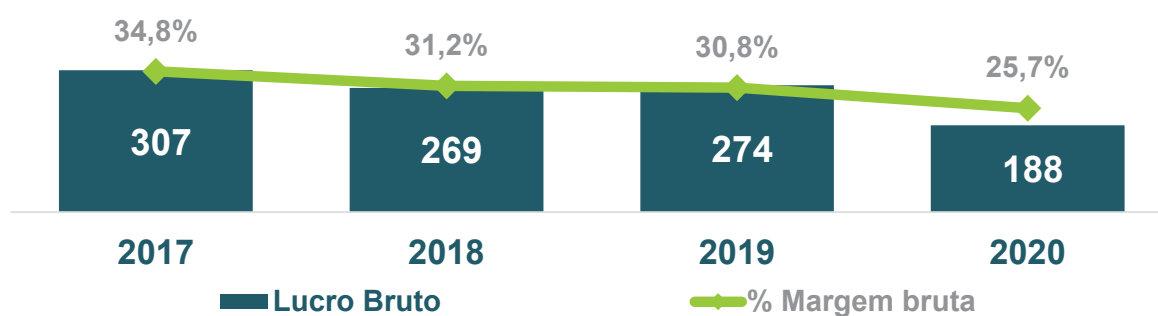
Destaque para as vendas de máscaras que representaram 8% do total vendido em 2020.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA

Em 2020, a margem bruta foi de 25,7% representando uma queda de 5,1% em relação a 2019. As adequações realizadas para adequar às restrições do novo cenário de pandemia e as adaptações nas linhas produtivas para a produção de máscaras, foram essenciais para aumentar a produtividade e manter a margem bruta próximo ao ano de 2019.

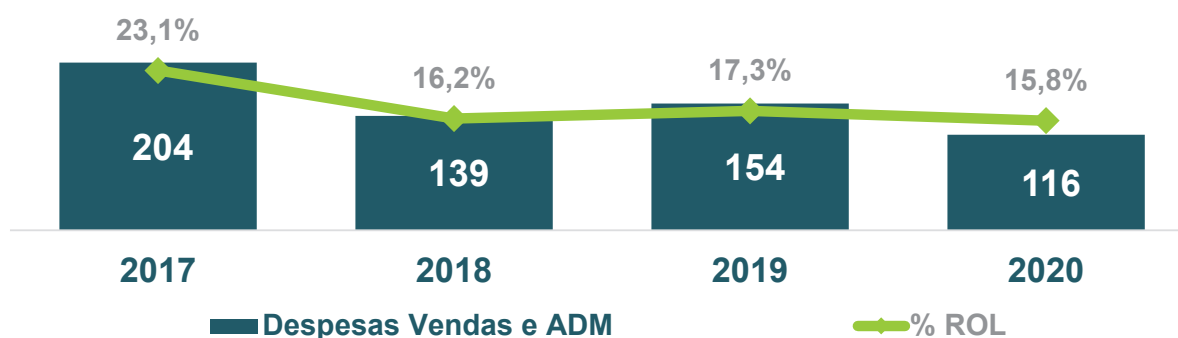
Lucro Bruto Consolidado – Em milhões de R\$



DESPESAS DE VENDAS E ADMINISTRATIVAS

Apesar das despesas com vendas serem majoritariamente variáveis, tais como: comissões, fretes, *royalties*, publicidade e marketing, os esforços com reestruturações e renegociação com os nossos prestadores de serviços, geraram em 2020 uma redução de 1,8% em relação a 2019, nas despesas de vendas e administrativas, encerrando o ano em 15,8% sobre as receitas operacionais líquida (ROL) face a 17,3% em 2019.

Despesas de Vendas e Administrativas – Em milhões de R\$



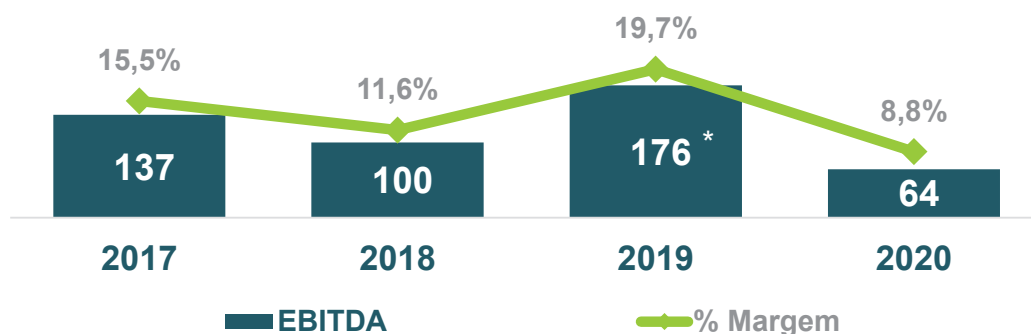
Relatório da Administração/comentário do Desempenho

EBITDA E MARGEM EBITDA

EARNINGS BEFORE INTERESTS, TAXES, DEPRECIATION AND AMORTIZATION

Em 2020, o EBITDA foi de R\$ 64 milhões, essencialmente impactados no 1º. e 2º. trimestre pela pandemia. Apesar das reduções de despesas acima mencionadas e do acréscimo adicional nas vendas com as máscaras e do aumento da demanda de cuecas e produtos esportivos no segundo semestre, o impacto gerado com as restrições impostas no 1º. semestre na margem EBITDA foi de 3,2%. (A margem de 2019 ajustada pelos efeitos não recorrentes foi de 10,9%).

EBITDA Consolidado – Em milhões de R\$



* Em 2019 a Companhia contabilizou o montante de R\$ 76 milhões referente ao processo para assegurar o direito de afastar a inclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, cuja decisão judicial transitou em julgado em 06/06/2019, com base nesse deferimento, a Companhia foi habilitada pela Receita Federal do Brasil a realizar as compensações desse imposto em períodos futuros. Devido a esse evento não recorrente o EBITDA ajustado seria de R\$ 100 milhões a ser comparado com o valor de R\$ 64 milhões.

Reconciliação EBITDA - R\$ Mi	2017	2018	2019	2020	VAR. 2019 / 2020
Lucro Líquido	93	93	113	(17)	(130)
(+) IR e CS	9	(15)	30	44	13
(-) Resultado Financeiro	15	3	6	7	1
(+) Depreciação e Amortização	20	19	28	31	3
(=) EBITDA	137	100	176	64	(112)
.% margem EBITDA	15,5%	11,5%	19,5%	8,7%	-11,2 p.p.
Itens não recorrentes	-	-	(76)	-	76
(=) EBITDA recorrente	137	100	100	64	(36)
.% margem EBITDA recorrente	15,5%	11,5%	11,1%	8,7%	-3,6 p.p.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

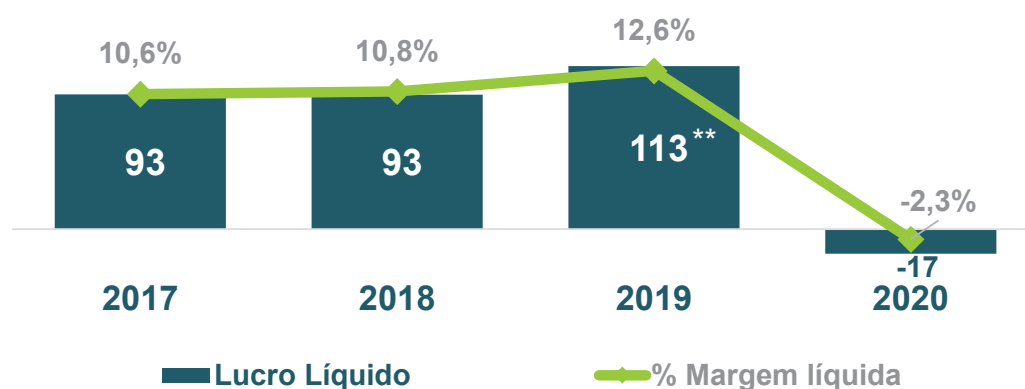
O EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

LUCRO LÍQUIDO E MARGEM LÍQUIDA

O lucro líquido preliminar apurado em 2020 foi de R\$ 37 milhões. Entretanto, o valor efetivamente contabilizado foi um prejuízo de R\$ 17 milhões. A diferença de R\$ 54 milhões é decorrente do ajuste por um evento não recorrente realizado na linha de imposto de renda e contribuição social diferidos, relativo à baixa expectativa de realização dos prejuízos fiscal acumulados na controlada Scalina LTDA.

O montante acumulado de prejuízo fiscal em 2020 foi de R\$ 313 milhões. Mesmo havendo expectativas de apuração de lucros futuros nessas operações, a limitação de 30% determinada pelo Regulamento do Imposto de Renda (RIR) para compensar esses prejuízos, deve ser realizado após todas as adições e exclusões, reduz consideravelmente a sua probabilidade de realização.

Lucro Líquido Consolidado – Em milhões de R\$



** Em 2019 a Companhia contabilizou o montante de R\$ 50 milhões, líquido de imposto de renda e contribuição social, correspondente ao direito de afastar a inclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, cuja decisão judicial transitou em julgado em 06/06/2019. Com base nesse deferimento, a Companhia foi habilitada pela Receita Federal do Brasil a realizar as compensações desse imposto em períodos futuros. Devido a esse evento não recorrente o lucro líquido ajustado seria de R\$ 63 milhões.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

GERAÇÃO DE CAIXA

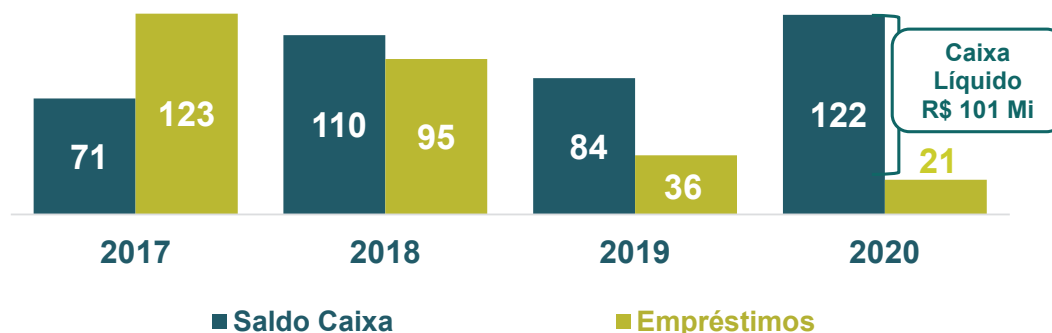
Em 2020 a geração de caixa livre consolidado foi de R\$ 139 milhões, valor superior a R\$ 108 milhões atingido em 2019. A redução nos estoques e a diminuição no ritmo de investimentos somados à melhor eficiência nas atividades operacionais, resultaram em um incremento adicional de caixa livre em R\$ 30 milhões.

DFC Gerencial Consolidado - R\$ Mi	2017	2018	2019	2020	VAR. 2019 / 2020
EBITDA	137	100	176	64	(112)
Itens não caixa e impostos	(10)	(34)	3	47	44
Itens não caixa	5	(14)	(22)	4	27
IR e CS diferidos	(3)	(10)	30	44	13
IR e CS corrente	(11)	(10)	(5)	(1)	4
Investimentos em Capital de Giro	(88)	42	(54)	47	101
Contas a receber de clientes	(34)	13	(17)	(1)	16
Estoques	(39)	13	(1)	29	30
Fornecedores e Salários	(7)	2	16	(1)	(16)
Outros	(8)	15	(52)	19	71
CapEx	(17)	(18)	(17)	(20)	(3)
Geração de Caixa Livre	23	90	108	139	30

CAIXA LÍQUIDO

A Companhia encerrou o ano de 2020 com um caixa líquido de R\$ 101 milhões. Destaque para a gestão com foco na preservação e liquidez do caixa em um ano fortemente impactado pela COVID 19. O saldo final do caixa foi de R\$ 122 milhões, contra R\$ 84 milhões em 2019.

Caixa Líquido Consolidado – Em milhões de R\$



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

INVESTIMENTOS

Os planos de investimentos foram sendo realizados ao longo do ano de 2020, porém em ritmo lento em função da pandemia. Os investimentos destinaram-se à modernização do parque industrial e aumento da capacidade fabril.

Investimentos - R\$ Mi	2017	2018	2019	2020	VAR. 2019 / 2020
Indústria	10	8	11	13	3
Infraestrutura	5	7	5	3	(2)
TI	2	2	1	2	1
Outros	0	1	1	2	1
Total	17	18	17	20	3

Remuneração dos Acionistas

A proposta de remuneração total aos acionistas é de R\$ 33 milhões, composta por juros sobre capital próprio de R\$ 17 milhões e dividendos de R\$ 16 milhões a serem pagos ao longo do ano de 2021.

Sustentabilidade

A sustentabilidade é um dos pilares de nosso negócio, exigindo um olhar atento e profundo sobre o ambiente em que operamos remetendo-nos a uma visão mais apurada de crescimento e desenvolvimento. Assim procuramos atingir nossas metas, combinando, consistentemente, desempenho, inovação e competência, privilegiando a ética nos negócios, a transparência em nossas ações e o menor impacto ambiental possível. Esse é o DNA do nosso negócio. Queremos operar negócios sustentáveis e para tanto buscamos a utilização consciente dos recursos naturais, com tecnologias modernas, aprimorando nosso capital humano, aliado à participação ativa no desenvolvimento da comunidade local. Esse é nosso compromisso com o futuro, é o compromisso LUPO. Nosso relatório completo de Sustentabilidade de 2020 pode ser acessado pelo website:

<https://site.lupo.com.br/lupo/sustentabilidade/>

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Franquias

Em 2020, foi realizada uma evolução tecnológica neste canal, dando mais um passo no sentido de implantar a *omnicanalidade*. Através de um aplicativo desenvolvido internamente, foi implantado em parte das franquias Lupo, o modelo *Check out mobile* (Loja sem caixa), visando reduzir o atrito dos consumidores durante a experiência de compra. Desta forma, a atendente é capaz de realizar todas as etapas da venda, desde a acolhida do consumidor ao pagamento, utilizando apenas um equipamento móvel.

Durante a pandemia também foi desenvolvido e implantado pelo time interno, a venda por *WhatsApp*, fator decisivo para que as lojas continuassem a vender mesmo com o fechamento do comércio nas fases mais restritivas.

Em 2020 as lojas, consolidadas, **representaram 27% do faturamento**. A rede de lojas do Grupo Lupo é formada por **647 lojas distribuídas por 4 diferentes tipos**, divididas da seguinte forma:

- 1) **Rede de Franquias Lupo**, formada pelas franquias Lupo, franquias Lupo Sport e Outlet totalizando 405 lojas, sendo 1 própria.
- 2) **Rede de Franquias Scala**, formada pelas franquias Scala totalizando 71 lojas.
- 3) **Rede de lojas Exclusivas Lupo**, formada pelas lojas exclusivas totalizando 123 lojas.
- 4) **Rede de lojas Exclusivas TriFil**, formada pelas lojas exclusivas totalizando 46 lojas, sendo 1 própria.

Para 2021 foi estabelecido meta agressiva de abertura de novas lojas em todas as redes com foco especial na abertura de Lojas Lupo Sport.:

- ✓ Abertura de 40 novas franquias Lupo chegando a 447 lojas, sendo 26 franquias Lupo e 14 franquias Lupo Sport
- ✓ Abertura de 5 novas lojas Scala chegando a 76.
- ✓ Abertura de 40 novas lojas exclusivas Lupo.
- ✓ Abertura de 20 novas lojas exclusivas TriFil.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Demonstrações Financeiras Grupo Lupo

As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Lupo referente aos exercícios de 2020 e 2019, bem como de anos anteriores estão disponíveis para acesso através do website:

www.lupo.com.br/publicacoes-lupo/

AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Companhia junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está suportada nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar por seu cliente. Durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, os auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, não foram contratados para outros serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras do período.

Liliana Aufiero
Diretora Presidente

Carlos Alberto Mazzeu
Diretor Superintendente

Notas Explicativas

*Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020*

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Lupo S.A. (“Companhia” ou “Companhia e suas controladas” quando se referir as informações consolidadas) é uma entidade domiciliada no Brasil. O endereço do escritório da Companhia é na rodovia Washington Luís, km 276,5, localizado no bairro Recreio Campestre Idanorma, na cidade de Araraquara, São Paulo. Essas demonstrações financeiras abrangem a controladora (“controladora”) e as demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente denominadas “Companhia e suas controladas”). A Companhia e suas controladas tem por objeto a industrialização e comércio de meias, malharias e confecções têxteis em geral, conforme descrito para cada uma das controladas na Nota Explicativa 2.

A Companhia não possui uma controladora final, sendo que a Companhia é propriedade de 8 famílias com 12,5% de participação cada uma.

Coronavírus (Covid 19)

Em coletiva de imprensa, realizada em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, SARS-COV2, como pandemia. O surto provocou decisões significativas de governos e entidades privadas em todo mundo, e levando em conta o impacto da disseminação rápida desse novo vírus, aumentaram o nível de incerteza em todo o Mercado, e isso impactou os valores do ano de 2020 reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Desde o comunicado da (OMS) a Companhia, através de seus Diretores e um grupo de líderes de áreas distintas vem acompanhando suas operações com intuito de minimizar os impactos causados pelo Covid-19, buscando preservar a saúde física, financeira e mental de nossos colaboradores, sendo essa nossa principal prioridade, bem como a de garantir a saúde financeira e econômica da Companhia e suas controladas. Diariamente é realizado monitoramento acerca da evolução da pandemia, bem como as legislações sanitárias na cidade sede da matriz, nas cidades e estados em que mantém operações.

Além dessas medidas de ordem sanitária, medidas de ordem financeiras, com intuito de fortalecer o caixa também foram tomadas, a saber (i) Na área tributária, aderiu às medidas de assistência governamental, como a postergação do recolhimento da Contribuição Previdenciária Patronal, do PIS (Programa de Integração Social) e da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) relativos as competências março/2020 e abril/2020, onde os recolhimentos se deram em 20/08/2020 e 20/11/2020 (Portaria Ministério da Economia nº 139 de 3 de abril de 2020), adesão ao parcelamento do FGTS, referente as competências março, abril e maio de 2020, onde foram liquidadas em 6 parcelas vencidas entre julho a dezembro de 2020 (Medida Provisória 927 de 22 de março de 2020); (ii) Adesão parcial aos pacotes contidos no programa emergencial de manutenção de emprego e renda trazidos pela Lei nº 14.020 de 07 de julho de 2020, aplicando no período de maio/2020 a Dezembro de 2020 a redução de 50% na jornada de trabalho e salário base, e em outros casos e suspensão temporária de contrato de trabalho.

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Ainda há incertezas sobre como esta pandemia afetará os negócios da Companhia em períodos futuros. Para isso, a administração tem acompanhado recorrentemente a sua evolução, considerando um período de 12 meses. As premissas criadas e ajustadas, levam em consideração o potencial impacto estimado das restrições e regulamentações decorrentes da COVID-19 e níveis esperados de demanda dos consumidores, juntamente com as respostas propostas pela administração ao longo do período. Essas medidas visam mitigar as desvantagens trazidas pela COVID-19 e os possíveis impactos sobre as vendas, margem de lucro, preservação dos fluxos de caixa e de sua liquidez. A administração poderá realizar as seguintes medidas:

- Reduzir despesas de capital não essenciais; e
- Reduzir as despesas operacionais, restringindo o recrutamento não essencial, reduzindo os gastos com marketing e dos fluxos de fornecimentos de mercadorias e de serviços.

A Companhia e suas controladas não registraram impactos relevantes da pandemia na mensuração do valor recuperável de seus ativos, não impactando na estimativa de perda com créditos de liquidação duvidosa, redução no valor recuperável de estoques, liquidez, arrendamentos e compromissos contratuais.

Estas demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. A extensão em que COVID-19 afeta os negócios, a situação financeira, os resultados das operações e as perspectivas da Companhia e suas controladas dependerá de desenvolvimentos futuros, que são incertos e não podem ser razoavelmente previstos no momento, incluindo novas informações que podem surgir sobre a evolução da COVID-19 e / ou as ações do governo e de outras entidades para contê-la no Brasil. Embora não seja possível estimar razoavelmente a extensão dos possíveis impactos sobre os negócios, situação financeira, resultados das operações e perspectivas, nossas projeções de receitas operacionais e fluxos de caixa apresentam plenas condições de continuidade das operações. A Companhia e suas controladas acompanham de perto a situação e avaliam continuamente os possíveis impactos nos seus negócios, implementando medidas que podem mitigar os riscos potenciais.

2 Entidades da Companhia

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Companhia e suas controladas diretas e indiretas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 conforme segue:

	Participação acionária		
	2020	2019	2018
Controladas diretas			
Lupo Franquias Ltda.	0,00%	99,99%	99,99%
Scalina Ltda.	99,99%	99,99%	99,99%
Controladas indiretas			
Itabuna Têxtil Ltda.	100,00%	100,00%	100,00%
Lupo HL Comércio de Roupas e Acessórios Ltda.	100,00%	100,00%	100,00%

Lupo Franquias Ltda.

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Em julho de 2015, foi constituída a empresa Lupo Franquias Ltda., com o objetivo de: concessão de franquias das marcas de propriedade da Lupo S.A., gestão e supervisão da rede de franquias, treinamento de franqueados e seus funcionários, auxílio na análise de escolha de ponto, *layout* e padrões arquitetônicos, definição de regras operacionais e mercadológicas a ser adotadas pela rede de franquias, arrecadação de verbas para custeio de campanhas publicitárias e promocionais do sistema Lupo de franquias e atividades de comércio eletrônico.

Em decorrência dos efeitos causados pela Pandemia do Covid-19, e com o intuito de conter custos e despesas, as atividades da Lupo Franquias foram descontinuadas, tendo seu deferimento na Receita Federal do Brasil, como sua extinção por encerramento voluntária em 02 de outubro de 2020, e as atividades foram incorporadas na Controladora, bem como os ativos e passivos existentes. Em todos contratos com Franqueados foram realizados adendo, transferindo os direitos e deveres para a Controladora.

Scalina Ltda.

Em 30 de novembro de 2016, foram concretizadas as negociações iniciadas em 14 de julho de 2016, em que a Companhia adquiriu 100% das ações da Scalina S.A., sendo esta uma sociedade de capital fechado, com sede em Guarulhos, Estado de São Paulo, criada em 4 de abril de 1963. A sede social da companhia está localizada na Avenida Papa João Paulo I, nº 5.163, Guarulhos, SP. A Companhia têm como atividade preponderante a fabricação e comercialização de produtos da indústria de fiação, tecelagem, malharia e confecção de produtos têxteis em geral, bem como a exploração do comércio varejista de confecção.

Itabuna Têxtil Ltda.

A Companhia foi criada em 27 de junho de 1997. A sede social da Companhia está localizada na Avenida Ibicarai, nº 4.530, Itabuna, BA. A Companhia tem como atividade preponderante à fabricação e comercialização de produtos da indústria de fiação, tecelagem, malharia e confecção de produtos têxteis em geral, bem como a exploração do comércio varejista de confecção.

Lupo HL Comércio de Roupas e Acessórios Ltda.

A Companhia foi criada em 12 de março de 2010. A sede social da Companhia está localizada na Rua Gonçalves Dias, 543 – Centro – Araraquara - SP. A Companhia tem como atividade preponderante o comércio de artigos de vestuário e seus acessórios em geral; e atividades de intermediação e agendamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

A Companhia elaborou Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”) de acordo com as normas do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras em BRGAAP aplicáveis às companhias abertas, enquanto no IFRS representam informações financeiras complementares em formação.

Toda a informação relevante nas demonstrações financeiras, e apenas esta informação, está a ser divulgada e corresponde à informação utilizada pela Administração na gestão das atividades do Companhia e suas controladas.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota explicativa 5.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão apresentadas na Nota explicativa 7.

A emissão dessas demonstrações financeiras controladoras e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 17 de agosto de 2021.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas e individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão incluídas nas notas explicativa: 17 – o prazo dos arrendamentos foram mensurados de acordo com expectativa razoável da administração da sua manutenção, exercendo a opção de prorrogação.

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

5.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro de um período de 12 meses estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 9** - Análise econômica para fins de mensuração da provisão e redução ao valor recuperável do contas a receber de clientes.
- **Nota Explicativa nº 10** - Análise para fins de determinação da suficiência da provisão para perdas em estoque.
- **Nota Explicativa nº 13** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- **Nota Explicativa nºs 15 e 16** - Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado e amortização do intangível e teste de redução ao valor recuperável do ágio e ativos correlatos da unidade geradora de caixa (UGC): principais premissas em relação aos valores recuperáveis.
- **Nota explicativa 17:** Taxa de desconto para mensuração inicial do direito de uso e do passivo de arrendamento.
- **Nota Explicativa nº 22** - Reconhecimento e mensuração de provisões de demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 (premissa para ativo e passivo que não são baseados em observáveis de mercado) e reportes diretamente para a Diretoria Financeira.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC e IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota Explicativa nº 23.b** - Instrumentos financeiros.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia e suas controladas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- Instrumentos financeiros não derivativos são mensurados pelo valor justo.

7 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

a. Segmento operacional

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como têxtil, o qual abrange a produção e a comercialização de artigos de vestuário e acessórios. A Companhia e suas controladas está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos. Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, mercados ou canais de venda;
- as suas unidades fabris operam para todas as suas linhas de produtos, mercados e canais de venda;
- as decisões estratégicas da Companhia estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal.

Os produtos da Companhia são distribuídos por marcas e canais diferentes (Marca: Lupo, TriFil e Scala e Canal: Multimarca, Franquias, Lojas de departamento, *Private label* e Webstore), no entanto, são controlados e gerenciados pela administração como único segmento, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada.

b. Mudanças nas principais políticas contábeis

Notas Explicativas

Lupo S.A.
*Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020*

Uma série de novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas adotaram a partir de 1º de janeiro de 2018 os seguintes principais pronunciamentos técnicos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC: CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. A natureza e o impacto de cada nova norma ou alteração estão descritas abaixo:

CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47/IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por quanto é reconhecida a receita. O CPC 47/IFRS 15 substitui as orientações atuais de reconhecimento de receita presentes no CPC 30 (R1) / IAS 18 – Receitas e CPC 17 (R1) / IAS 11.

A Companhia e suas controladas não identificaram impactos relevantes no reconhecimento de suas receitas.

CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Essa norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que o CPC 48/IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A Administração concluiu que as novas orientações não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros, principalmente considerando que não possui operações designadas de *hedge* de valor justo na data de divulgação destas informações contábeis intermediárias.

A Companhia e suas controladas não identificaram nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração do patrimônio líquido, mesmo levando em consideração a mudança no modelo de redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros. Tendo em vista a baixa inadimplência histórica, a mudança no critério de perdas incorridas para perdas esperadas não trouxe efeitos para a Companhia e suas controladas. Adicionalmente os recebíveis da Companhia e suas controladas, por serem inferiores a um ano, não possuem um componente significativo de financiamento.

A adoção do CPC 48/IFRS 9 não teve efeito nas políticas contábeis relacionadas a passivos financeiros. O impacto do CPC 48/IFRS 9 nas classificações dos ativos financeiros não gerou impactos de mensuração, conforme demonstrado a seguir com base nos saldos por classe de ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018, cujo saldos são semelhantes aos divulgados nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2018:

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Consolidado				
Ativos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38/ IAS 39	Nova classificação original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	10.120	7.413
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	244.427	260.508
Outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	7.401	12.065
Ativos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Nova classificação original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	2018	2017
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Custo amortizado	(23.991)	(20.027)
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	Custo amortizado	(95.294)	(123.079)
Outras contas a pagar	Outros passivos financeiros	Custo amortizado	(4.550)	(7.848)
Controladora				
Ativos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Nova classificação original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	9.383	7.138
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	186.360	179.335
Outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	4.537	7.652
Ativos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38 com o CPC 38 / IAS 39	Nova classificação original de acordo com o CPC 38 com o CPC 38 / IAS 39	2018	2017
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Custo amortizado	(16.077)	(15.416)
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	Custo amortizado	(37.826)	(57.606)
Outras contas a pagar	Outros passivos financeiros	Custo amortizado	(6.613)	(9.014)

Em 2019, este foi o primeiro conjunto de demonstrações financeiras consolidadas e individuais anuais da Companhia no qual o CPC 06(R2) / IFRS 16 – Arrendamentos foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 21.

CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de arrendamento**(i) Aspectos gerais**

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) / IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil e é efetiva, no caso da Companhia a partir de 1º de janeiro de 2019.

A luz da referida norma contábil, o impacto mais significativo identificado foi que a companhia reconheceu ativos e passivos para os seus arrendamentos, anteriormente reconhecidos como operacionais, relacionados aos arrendamentos e parcerias agrícolas, locação de maquinários, implementos agrícolas, veículos, caminhões e imóveis. Além disso, a natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos foi alterada, pois o CPC 06 (R2) / IFRS 16 substituiu a despesa linear de arrendamento operacional por despesas de depreciação do direito de uso e juros sobre os passivos de arrendamento.

(ii) Transição

A Companhia optou por utilizar a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo, conforme apêndice (C)(C5) item (b) e (C7) da norma, na qual o efeito cumulativo da adoção inicial é reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, quando existente. Portanto, a informação comparativa apresentada para o ano anterior não foi reapresentada, ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e interpretações relacionadas, a taxa incremental utilizada para o cálculo do passivo de arrendamento na data de transição foi em média 7,8%.

Adicionalmente, os seguintes principais expedientes práticos foram utilizados para a transição aos novos requerimentos de contabilização de arrendamentos: (a) aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com CPC 06 (R1) / IAS 17 e interpretações relacionadas; (b) não foi realizado o reconhecimento dos contratos com prazo de encerramento dentro do período de 12 meses a partir da data da adoção inicial da norma ou com prazos indeterminados; (c) foram consideradas as opções de prorrogação de prazo ou rescisão, quando aplicável, (d) não foi realizado o reconhecimento dos contratos, cujo ativo subjacente era considerado de baixo valor.

(iii) Impacto na adoção**Consolidado**

	Saldo anterior 01/01/2019	Ajuste adoção inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16	Saldo após adoção inicial 01/01/2019
Ativo			
Circulante	556.964	-	556.964
Total do ativo circulante	556.964	-	556.964
Ativo imobilizado (direito de uso)	-	38.454	38.454
Ativo imobilizado	249.206	-	249.206
Outros ativos não circulantes	137.567	-	137.567
Total do ativo não circulante	386.773	38.454	425.227
Total do ativo	<u>943.737</u>	<u>38.454</u>	<u>982.191</u>
Passivo			
Passivo de arrendamento	-	3.069	3.069
Demais passivos	150.719	-	150.719
Total do passivo circulante	150.719	3.069	153.788
Passivo de arrendamento	-	35.384	35.384

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Demais passivos	90.271	-	90.271
Total do passivo não circulante	90.271	35.384	125.656
Patrimônio líquido	702.747	-	702.747
Total do Passivo e Patrim.líquido	<u>943.737</u>	<u>38.454</u>	<u>982.191</u>

Controladora

	Saldo anterior 01/01/2019	Ajuste adoção inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16	Saldo após Adoção Inicial 01/01/2019
Ativo			
Circulante	424.365	-	424.365
Total do ativo circulante	424.365	-	424.365
Ativo imobilizado (direito de uso)	-	38.454	38.454
Ativo imobilizado	192.488	-	192.488
Outros ativos não circulantes	217.358	-	217.358
Total do ativo não circulante	409.846	38.454	448.300
Total do ativo	<u>834.211</u>	<u>38.454</u>	<u>872.665</u>
Passivo			
Passivo de arrendamento	-	3.069	3.069
Demais passivos	80.678	-	80.678
Total do passivo circulante	80.678	3.069	83.747
Passivo de arrendamento	-	35.384	35.385
Demais passivos	50.786	-	50.786
Total do passivo não circulante	50.786	35.384	86.170
Patrimônio líquido	702.747	-	702.747
Total do passivo e Patrim.líquido	<u>834.211</u>	<u>38.454</u>	<u>872.665</u>

ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro

A Companhia adotou a interpretação ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro. A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 / IAS 12. A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia não identificou impactos na sua adoção.

c. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Diversas novas normas entrarão em vigor para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações para a preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

As seguintes alterações de normas e interpretações não devem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.

- Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)
- Reforma da taxa de juros de referência (alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16)
- Imobilizado: Receita antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC15/IFRS 3)
- Classificação do Passivo no Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1)

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

d. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, detidas diretamente pela Companhia ou indiretamente por meio de sua controlada indireta. O controle é alcançado quando a Companhia tem:

- Poder sobre a investida.
- Exposição, ou direitos, a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida.
- A capacidade de usar seu poder sobre sua investida para afetar seus retornos.

A consolidação de uma subsidiária começa quando a Companhia obtém o controle da subsidiária e cessa quando a Companhia perde o controle da controlada.

(i) Combinações de negócio

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição na data de aquisição, isto é, quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação de aquisição transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução a valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente em resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

(ii) Controladas

As demonstrações financeiras individuais das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Controladora.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(iii) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia nas demonstrações financeiras individuais são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial e compreendem suas participações em controladas.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados, se houver, oriundos de transações com investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na controlada. Perdas não realizadas, se houver, são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

e. Receita operacional

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Venda de produtos

A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

Esta norma estabelece critérios que visa identificar se contabilização da receita foram satisfeitos e correspondem aos seguintes aspectos:

- 1- Identificar o contrato com o cliente;
- 2- Identificar das obrigações de desempenho estabelecido no contrato;
- 3- Determinar o preço da transação;
- 4- Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho;
- 5- Reconhecer a receita no momento em que (ou à medida em que) a entidade cumprir uma obrigação de desempenho.

As receitas de vendas de mercadorias são reconhecidas quando as obrigações de performances forem concluídas.

As receitas da Companhia é oriunda principalmente da venda de itens produzidos como meias masculinas, femininas e, infantis, cuecas, meias calças, lingerie, roupas esportivas, Pijamas, Blusas/Camisetas e em 2020 com impacto da Covid 19 uma nova linha foi desenvolvida, que são máscaras.

A Companhia atua na indústria de produtos têxteis e seus produtos são comercializados de distintas maneiras (Vendas diretas a grandes Magazines, franqueados, lojas físicas e vendas online). Para as vendas a grandes magazines, franqueados e loja online é formalizados contratos estabelecendo as condições de preços e descontos, e a distribuição das vendas é de acordo com a necessidade e/ou pedidos realizados pelos clientes, para abastecimento de seus estoques. Contratos de distribuição são firmados, onde a total responsabilidade pela mercadoria a partir do retirada da fábrica é do distribuidor, nesse momento a Companhia reconhecer as vendas.

Nas vendas realizadas em lojas físicas não franquiado, onde o consumidor final costuma selecionar a mercadoria, onde os preços e descontos são informados por meio de consulta aos funcionários de cada unidade, ou obtidos nos locais de exposição da mercadoria, principal meio de pagamento sejam à vista, cartão ou parcelado, nesta última modalidade podemos descrever que a prática normalmente utilizada pela Companhia e suas controladas é o parcelamento de no mínimo 30 e no máximo 180 dias, com algumas exceções contratuais. Os descontos e juros nas operações a prazo são bastante pulverizados, levando em consideração cada operação comercial com o respectivo contrato. A transferência de controle ocorre quando a entrega é feita diretamente ao consumidor final nos pontos de venda.

Os ativos e passivos monetários são ajustados ao seu valor presente no registro da transação, tendo em consideração os fluxos de caixa contratuais, os juros explícitos e em certos casos implícitos sobre os respectivos ativos e passivos e as taxas de mercado para transações semelhantes. . Posteriormente, esses juros são realocados no resultado por meio da utilização da taxa efetiva de juros do método das taxas em relação aos fluxos de caixa contratuais.

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Para as vendas a prazo, o contas a receber deve ser mensurado a valor presente considerando o prazo e o diferencial entre as taxas de juros de mercado e as implícitas nos contratos de compra e venda.

A Companhia avalia todas as vendas de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Além disso, as receitas são reconhecidas líquidas de descontos comerciais e devoluções, que são efetuadas de forma simples, pelos correios ou presencialmente nas lojas físicas.

A Companhia exporta para 23 países, por meio de canais de distribuição, lojas exclusivas e *e-commerce*. Todas as exportações são realizadas com incoterm FOB (*Free on Board*) e a receita é reconhecida após o recebimento do “Conhecimento de Embarque” no momento do embarque. Os recebimentos dos clientes são feitos antecipadamente e parceladamente por meio de transferência bancária. A Companhia também utiliza o contas a receber de clientes em dólares para a realização de *hedge accounting*, como forma de proteção cambial.

Sobre a venda no site próprio, começou em 2019, antes era terceirizado. O sistema operacional é realizado por meio da plataforma VETEX (*Front end*) onde o cliente acessa as opções do produto e finaliza a compra, com opções de pagamento por boleto ou cartão (à vista ou parcelado). Os pedidos são captados pelo nosso centro de logística, que separa os produtos, emite a nota fiscal e despacha os produtos. A contabilização da venda é realizada automaticamente em nosso sistema integrado SAP, quando a receita é reconhecida, de acordo com os prazos fixados no momento da venda.

Algumas vendas permitem que o cliente devolva um item. Os produtos devolvidos são trocados apenas por novos produtos - ou seja, nenhum reembolso em dinheiro é oferecido.

Receitas de vendas de mercadorias a franqueados

As receitas de vendas de mercadorias aos franqueados são reconhecidas no momento em que a obrigação de performance é cumprida, que compreende na transferência da mercadoria ao franqueado.

As provisões são baixadas quando o litígio é finalizado e os valores não são mais recuperáveis.

Receitas de Royalties

O reconhecimento da receita de *royalties* ocorre quando a obrigação de performance de vendas é cumprida, de acordo com os prazos e percentuais e contratos estabelecidos entre as partes, vale lembrar que alguns produtos específicos, como silicone adesivo, elástico para calças, etc., são produzidos por fornecedores parceiros, por eles faturados diretamente ao varejista. Nesse caso, esses fornecedores transferem um percentual dessa receita para a Lupo na forma de *royalties* (geralmente 10% menos impostos e contribuições).

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

f. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem empréstimos, líquidas de desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

g. Transação em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e suas controladas pela taxa de câmbio na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

h. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Subvenção governamental

As seguintes subvenções são reconhecidas no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretendem compensar, em base sistemática, uma vez que foram atendidas as condições do Pronunciamento Técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais, que corresponde ao IAS 20.

Crédito outorgado do ICMS

A subvenção governamental relacionada ao ICMS sobre vendas para o estado de São Paulo é reconhecida no resultado como 'Impostos incidentes sobre vendas', destacado no 'Patrimônio Líquido'. Após atendido os requisitos o ganho é reconhecido no resultado e reclassificado entre as contas do patrimônio líquido de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais, considerando que a legislação não permite a sua distribuição.

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Inovação tecnológica

A subvenção que visa compensar a Companhia por despesas incorridas corresponde a 60% destas despesas, são reconhecidas no resultado pela parcela correspondente ao imposto de renda e da contribuição social, e que não excederá o lucro tributável do exercício.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável no exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

k. Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, e com baixo risco

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação da operação.

As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

l. Contas a receber de clientes e outros créditos

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é contra a receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e será apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

As provisões para perda de crédito esperada com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, veja mais detalhes no item (p) abaixo.

m. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseada na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

n. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e suas controladas incluem o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Máquinas, equipamentos e instalações	9 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	6 anos
Edifícios e outros	25 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	34 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

o. Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e mensuração

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Os outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas têm vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

(ii) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

p. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio de resultado (VRJ), acrescido, para um item não mensurado ao VRJ os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Notas Explicativas

Lupo S.A.
*Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020*

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia e suas controladas mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio.

No início das relações de *hedge* designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (*'forward points'*) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

q. **Capital social**

A Companhia possui somente ações ordinárias classificadas no seu patrimônio líquido compondo seu capital social.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

Recompra de ações (ações em tesouraria)

Quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da remuneração pago, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido (reserva de capital), e o excedente ou o déficit resultantes é transferido para lucros acumulados ou capital social através de integralização aprovada pelos acionistas.

r. **Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

(i) ***Ativos financeiros não derivativos***

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas adotam a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

s. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

t. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A avaliação é realizada seguindo os seguintes critérios: (i) se o contrato prevê a transferência do direito de controlar o uso do ativo identificado, estando explícito ou implícito; (ii) se a Companhia e suas controladas tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante a vigência do contrato; e (iii) se a Companhia e suas controladas possuem todo o direito de direcionar o uso do ativo ora arrendado, ou seja, se ela tem autonomia para tomada de decisão com a finalidade de alteração de como e para qual finalidade o seu uso.

Com base nessas avaliações a Companhia e suas controladas reconhecem o ativo de direito de uso (arrendamento), como direito de usufruir de tal ativo arrendado, em contrapartida reconhece um passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de realizar pagamentos a título de arrendamentos.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo a Companhia ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o companhia exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil dele, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se a taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Para os arrendamentos com prazo inferior a doze meses, a Companhia avalia se o valor é representativo, e caso não seja, não é reconhecido com ativo de direito de uso e passivo de arrendamento.

8 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Consolidado		
2020	2019	2018

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Caixa	33	39	33
Saldo bancário	20.632	18.087	10.087
Aplicação financeira de curto prazo	<u>84.186</u>	<u>65.383</u>	<u>99.685</u>
Caixa e equivalentes de caixa no balanço patrimonial e na demonstração dos fluxos de caixa	<u>104.851</u>	<u>83.509</u>	<u>109.805</u>
	Controladora		
	2020	2019	2018
Caixa	18	24	19
Saldo bancário	19.437	15.624	9.364
Aplicação financeira de curto prazo	<u>84.133</u>	<u>65.276</u>	<u>99.585</u>
Caixa e equivalentes de caixa no balanço patrimonial e na demonstração dos fluxos de caixa	<u>103.588</u>	<u>80.924</u>	<u>108.968</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações são remuneradas por taxas variáveis de 100% a 106% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (97% a 101% em 2019 e 97% a 103% em 2018).

A Companhia apresenta saldos classificados como títulos e valores mobiliários demonstrado abaixo:

	Consolidado e Controladora		
	2020	2019	2018
Letras financeiras do tesouro (LFT)	<u>17.446</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>17.446</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 23.

9 Contas a receber de clientes

		Consolidado		
	Note	2020	2019	2018
Contas a receber - No país		266.684	261.259	242.245
Contas a receber - No exterior	23	5.447	8.541	8.952
Contas a receber - Partes relacionadas	21	10.621	9.837	6.723
Menos:				
Saldo de valor justo de aquisição de controlada		(15.613)	(15.300)	(9.879)
Provisão para perdas de crédito esperadas		<u>(655)</u>	<u>(655)</u>	<u>(655)</u>
		<u>266.484</u>	<u>263.682</u>	<u>247.386</u>
Ativo circulante		263.638	260.623	244.427
Ativo não circulante		2.846	3.059	2.959

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

		Controladora		
	Note	2020	2019	2018
Contas a receber - No país		184.438	172.221	165.227
Contas a receber - No exterior	23	3.763	5.651	7.563
Contas a receber - Partes relacionadas	21	35.438	33.197	17.752
Menos:				
Saldo de valor justo de aquisição de controlada		(4.744)	(3.415)	(3.527)
Provisão para perdas de crédito esperadas		(655)	(655)	(655)
		<u>218.240</u>	<u>206.999</u>	<u>186.360</u>
Ativo circulante		217.684	206.999	186.360
Ativo não circulante		556	-	-

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de crédito relacionados a contas a receber de clientes e outros créditos é divulgada na Nota Explicativa nº 23.

Sobre o valor presente, estima-se que o contas a receber, deduzido do ajuste a valor presente, esteja próximo do valor justo.

As mudanças na provisão para perda de crédito esperada durante o ano estão apresentadas na tabela a seguir:

		Consolidado		
		2020	2019	2018
Saldo inicial		(15.300)	(9.879)	(7.226)
Reconhecimento de perda esperada		(3.051)	(6.940)	(6.621)
Baixa de perda esperada		2.738	1.519	3.968
		<u>(15.613)</u>	<u>(15.300)</u>	<u>(9.879)</u>
		Controladora		
		2020	2019	2018
Saldo inicial		(3.415)	(3.527)	(2.160)
Reconhecimento de perda esperada		(1.329)	(8.522)	(2.579)
Baixa de perda esperada		-	8.634	1.212
		<u>(4.744)</u>	<u>(3.415)</u>	<u>(3.527)</u>

10 Estoques

		Consolidado		
		2020	2019	2018
Produtos acabados		68.227	83.374	81.891
Produtos em elaboração		6.814	9.290	7.997
Matérias-primas e materiais de consumo		85.514	98.647	94.863
Adiantamento a fornecedores		3.260	1.082	1.078
		<u>163.815</u>	<u>198.393</u>	<u>185.829</u>
		Controladora		

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

	2020	2019	2018
Produtos acabados	42.912	45.963	46.934
Produtos em elaboração	4.978	5.039	5.783
Matérias-primas e materiais de consumo	57.820	54.791	56.245
Adiantamento a fornecedores	2.824	253	672
	<u>108.534</u>	<u>106.046</u>	<u>109.634</u>

Em 2020, matérias-primas, materiais de consumo e alterações em produtos acabados e estoques em processo, reconhecidos nos custos de venda na controladora, totalizaram R\$ 405.855 (R\$ 449.711 em 2019 e R\$ 425.718 em 2018) e no consolidado totalizaram R\$ 550.297 (R\$ 616.922 em 2019 e R\$ 591.609 em 2018).

11 Impostos a recuperar

	Consolidado		
	2020	2019	2018
Circulante			
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS)	844	712	499
IPI a recuperar	1.635	1.393	1.301
Programa de Integração Social (PIS) (*)	4.304	4.323	7
Seguridade Social (COFINS) (*)	20.398	20.182	30
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) recoverable (nota 13 (ii))	55	1.941	878
Imposto de renda (IRPJ) (nota 13 (ii))	1.726	9.248	6.787
	<u>28.962</u>	<u>37.799</u>	<u>9.502</u>
Não circulante			
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS)	1.350	968	678
Seguridade Social (COFINS) (*)	23.410	38.273	-
Programa de Integração Social (PIS) (*)	5.058	8.196	-
	<u>29.818</u>	<u>47.437</u>	<u>678</u>
	Controladora		
	2020	2019	2018
Circulante			
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS)	840	705	495
Imposto sobre produto industrializado (IPI)	1.283	1.016	1.100
Programa de Integração Social (PIS) (*)	4.304	4.288	-
Seguridade Social (COFINS) (*)	20.397	20.024	-
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) recoverable (nota 13 (ii))	55	1.941	878
Imposto de renda (IRPJ) (nota 13 (ii))	136	7.657	5.710
	<u>27.015</u>	<u>35.631</u>	<u>8.183</u>
Não circulante			
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS)	1.348	966	671
Seguridade Social (COFINS) (*)	23.410	38.273	-
Programa de Integração Social (PIS) (*)	5.058	8.196	-
	<u>29.816</u>	<u>47.435</u>	<u>671</u>

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

(*) Em setembro de 2019 a Companhia registrou em sua contabilidade o montante de R\$ 76.739 referente ao processo judicial nº 5002597-27.2017.403.6114, tramitado na 1ª. Vara Federal em São Bernardo do Campo - SP, no qual pleiteou provimento jurisdicional para assegurar seu direito de afastar a inclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins. A decisão judicial transitou em julgado em 06/06/2019, com base nesse deferimento, a Companhia protocolizou em 12/09/2019, o Pedido de Habilitação de Crédito junto a Receita Federal do Brasil, o qual foi deferido no mesmo mês conforme Despacho decisório nº 24/2019 – Processo nº13851.724107/2019-96. Esses subsídios do governo são reconhecidos no resultado como dedução de impostos sobre vendas e reclassificados de lucros acumulados para reservas de incentivos fiscais.

A partir da decisão e registro contábil, iniciou-se o processo de compensações de tributos federais via Dcomp, restando em 31/12/2019 os saldos de R\$ 69.391 de PIS/Cofins a serem utilizados em períodos futuros. Durante o ano de 2020 foi realizado o montante de R\$ 19.393, restando em 31.12.2020 o saldo de R\$ 49.998 para utilização em exercício futuros.

12 Dividendos a receber (Controladora)

	2020	2019	2018
Circulante			
Lucros a receber	-	6.537	6.683
	<u>-</u>	<u>6.537</u>	<u>6.683</u>

Refere-se à destinação de lucros proveniente da participação na controlada Lupo Franquias Ltda. (Nota Explicativa 14). O saldo zero em 31/12/2020 é decorrente do encerramento das atividades da Lupo Franquias Ltda, de forma voluntária, baixada na Receita Federal do Brasil em 02/10/2020, não restando valores a receber.

13 Imposto de renda e contribuição social diferidos*i) Valores reconhecidos no resultado*

	Consolidado		
	2020	2019	2018
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente			
Despesa do ano corrente	(7.351)	(4.928)	(4.640)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido			
Diferenças temporárias	(36.514)	(25.481)	19.723
Total da despesa de imposto das atividades continuadas	(43.865)	(30.409)	19.723
	Controladora		
	2020	2019	2018
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente			
Despesa do ano corrente	(6.374)	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido			
Diferenças temporárias	9.562	(26.626)	(1.311)
Total da despesa de imposto das atividades continuadas	3.188	(26.626)	(1.311)

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

ii) Ativo fiscal corrente

Decorrente de saldo credor de imposto de renda e contribuição social a recuperar em exercício seguintes

	Consolidado			Controladora		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Circulante						
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) recoverable (nota 11)	55	1.941	878	55	1.941	878
Imposto de renda (IRPJ) (nota 11)	<u>1.726</u>	<u>9.248</u>	<u>6.787</u>	<u>136</u>	<u>7.657</u>	<u>5.710</u>
	1.781	11.189	7.665	191	9.598	6.588

iii) Ativos e passivos fiscais diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) às diferenças temporárias, entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência, e (ii) aos efeitos gerados pela depreciação por diferenças de taxas.

Impostos e contribuições diferidos de ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:

	Consolidado		
	2020	2019	2018
Ativos			
Provisão para perda dos estoques	6.442	5.050	8.126
Provisão para perdas de crédito esperadas	5.308	3.262	3.449
Provisões para demandas judiciais	1.171	7.592	7.915
Provisão desvalorização empréstimos Compulsório	6	6	6
Ajuste a valor presente (contas a receber)	223	223	223
Provisão sobre o prejuízo fiscal acumulado e base de cálculo negativa	-	37.510	36.830
	<u>13.150</u>	<u>53.643</u>	<u>56.548</u>
Passivos			
Provisão sobre o custo atribuído	(2.941)	(3.536)	(4.397)
Provisão e depreciação por diferenças de taxas	(31.167)	(29.101)	(30.400)
Diferença temporária - reconhecimento do crédito de PIS/Cofins (Nota Explicativa 11)	(16.999)	(23.593)	-
Saldo de valor justo por aquisição de controlada	<u>(8.578)</u>	<u>(7.435)</u>	<u>(6.292)</u>
	<u>(59.685)</u>	<u>(65.950)</u>	<u>(41.089)</u>
Impostos diferidos líquidos	<u>(46.535)</u>	<u>(10.022)</u>	<u>15.459</u>
Total apresentado no ativo não circulante	10.227	56.081	53.260
Total apresentado no passivo não circulante	(56.673)	(66.103)	(37.801)

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

	Controladora		
	2020	2019	2018
Ativos			
Provisão para perda dos estoques	2.154	187	3.264
Provisão para perdas de crédito esperadas	1.463	1.011	1.198
Provisões para demandas judiciais	548	549	193
Provisão desvalorização empréstimos compulsório	6	6	6
Ajuste a valor presente (contas a receber)	<u>223</u>	<u>223</u>	<u>223</u>
	<u>4.394</u>	<u>1.975</u>	<u>4.883</u>
Passivos			
Provisão sobre o custo atribuído	(2.918)	(3.536)	(4.397)
Provisão e depreciação por diferenças de taxas	(31.444)	(31.386)	(30.400)
Diferença temporária - reconhecimento do crédito de PIS/Cofins (Nota Explicativa 11)	(16.999)	(23.593)	-
	<u>(51.371)</u>	<u>(58.515)</u>	<u>(34.797)</u>
Impostos diferidos líquidos	<u>(46.977)</u>	<u>(56.540)</u>	<u>(29.914)</u>
Total apresentado no ativo não circulante	816	950	548
Total apresentado no passivo não circulante	(47.793)	(57.490)	(30.462)

Movimentação das diferenças temporárias durante o exercício:

	Consolidado		
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Reconhecidos no resultado do exercício	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Ativos			
Provisão para perda dos estoques	5.050	3.043	8.093
Provisão para perdas de crédito esperadas	3.262	706	3.968
Provisões para demandas judiciais	7.592	(8.752)	(1.161)
Provisão desvalorização empréstimos compulsório	6	-	6
Ajuste a valor presente (Contas a Receber)	223	-	223
Provisão sobre prejuízo fiscal acumulado e base de cálculo negativa	<u>38.653</u>	<u>(38.653)</u>	<u>-</u>
Total do ativo	<u>54.785</u>	<u>(43.656)</u>	<u>11.129</u>
Passivos			
Provisão sobre o custo atribuído	(3.536)	618	(2.918)
Provisão de depreciação por diferença de taxas	(31.386)	(68)	(31.455)
Provisão sobre o crédito de PIS/Cofins (Nota Explicativa 11)	<u>(23.593)</u>	<u>6.594</u>	<u>(16.999)</u>
Total do passivo	<u>(58.515)</u>	<u>7.144</u>	<u>(51.372)</u>
Total sem o efeito do valor justo por aquisição de controlada	<u>(3.730)</u>	<u>(36.514)</u>	<u>(40.243)</u>
Saldo de valor justo por aquisição de controlada	<u>(6.962)</u>	<u>-</u>	<u>(6.292)</u>
Líquido	<u>(10.222)</u>	<u>(36.514)</u>	<u>(46.535)</u>

Notas Explicativas

Lupo S.A.
*Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020*

	Controladora		
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Reconhecidos no resultado do exercício	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Ativos			
Provisão para perda dos estoques	187	1.967	2.154
Provisão para perdas e crédito esperadas	1.011	452	1.463
Provisões para demandas judiciais	549	-	549
Provisão desvalorização empréstimos compulsório	6	-	6
Ajuste a valor presente (Contas a receber)	223	-	223
	<u>1.975</u>	<u>2.419</u>	<u>4.394</u>
Passivos			
Provisão sobre o custo atribuído	(3.536)	618	(2.918)
Provisão de depreciação por diferença de taxas	(31.386)	(68)	(31.454)
Provisão de crédito de PIS/Cofins	(23.593)	6.594	(16.999)
	<u>(58.515)</u>	<u>7.144</u>	<u>(51.371)</u>
Líquido	<u>(56.540)</u>	<u>9.562</u>	<u>(46.977)</u>
	Controladora		
	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Reconhecidos no resultado do exercício	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Ativos			
Provisão para perda dos estoques	3.264	(3.077)	187
Provisão para perdas e crédito esperadas	1.198	(187)	1.011
Provisões para demandas judiciais	193	356	549
Provisão desvalorização empréstimos compulsório	-	6	6
Provisões para demandas judiciais	-	223	223
	<u>4.655</u>	<u>(2.679)</u>	<u>1.976</u>
Passivos			
Provisão sobre o custo atribuído	(4.376)	632	(3.536)
Provisão de depreciação por diferença de taxas	(30.193)	(986)	(31.386)
Provisão de crédito de PIS/Cofins	-	(23.593)	(23.593)
	<u>(34.569)</u>	<u>(23.947)</u>	<u>(58.515)</u>
Líquido	<u>(29.914)</u>	<u>(26.626)</u>	<u>(56.540)</u>
	Controladora		
	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Reconhecidos no resultado do exercício	Saldo em 31 de dezembro de 2018
Ativos			
Provisão para perda dos estoques	2.924	340	3.264
Provisão para perdas e crédito esperadas	734	464	1.198
Provisões para demandas judiciais	658	(465)	193
	<u>4.316</u>	<u>339</u>	<u>4.655</u>
Passivos			
Provisão sobre o custo atribuído	(5.423)	1.047	(4.376)
Provisão de depreciação por diferença de taxas	(27.496)	(2.697)	(30.193)
	<u>(32.919)</u>	<u>(1.650)</u>	<u>(34.569)</u>
Líquido	<u>(28.574)</u>	<u>(1.311)</u>	<u>(29.914)</u>

A Administração da Companhia e suas controladas reconhecem o imposto de renda diferido com base nas seguintes premissas:

- 100% impostos diferidos passivos sobre diferenças temporárias;

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

- Impostos diferidos ativos sobre diferenças temporárias que possuem prazos de realização similares aos impostos diferidos passivos, de mesma entidade jurídica, até o limite de saldo de tributos diferidos passivos; e
- Em situações em que perdas recentes indicam que um lucro tributável futuro é incerto, os impostos diferidos ativos não são reconhecidos sobre as diferenças temporárias dedutíveis em excesso aos impostos diferidos passivos registrados sobre as diferenças temporárias tributáveis, e também não é reconhecido nenhum ativo sobre prejuízos fiscais acumulados não utilizados.

iv) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas com imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado		
	2020	2019	2018
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	26.898	142.952	77.680
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social:			
Pela alíquota fiscal combinada	(9.145)	(48.604)	(26.411)
(-) Deduções de juros sobre capital próprio	5.780	5.100	2.244
Adições permanentes:			
Outras adições	(6.857)	(436)	(6.514)
Exclusões permanentes:			
Crédito outorgado ICMS	5.451	7.313	12.751
Inovação tecnológica (*)	7.036	4.066	5.535
Baixa de imposto diferido sobre prejuízo fiscal (**)	(54.434)	-	11.245
Outras adições e exclusões	<u>8.304</u>	<u>2.152</u>	<u>16.233</u>
Despesa corrente de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(7.351)	(4.928)	(4.640)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(36.514)</u>	<u>(25.481)</u>	<u>19.723</u>
<i>Alíquota efetiva</i>	163,08%	21,27%	-19,42%

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

	Controladora		
	2020	2019	2018
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(20.160)	139.157	94.040
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social:			
Pela alíquota fiscal combinada	6.854	(47.414)	(31.974)
(-) Deduções de juros sobre capital próprio	(5.780)	(5.100)	(1.526)
Resultado de equivalência patrimonial	(21.687)	4.914	10.911
Adições permanentes:			
Outras adições	(246)	(436)	(4.707)
Exclusões permanentes:			
Crédito outorgado ICMS	5.451	7.313	12.751
Inovação tecnológica (*)	7.036	4.066	5.535
Outras adições e exclusões	<u>-</u>	<u>(259)</u>	<u>4.647</u>
Despesa corrente de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(6.374)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>3.189</u>	<u>(26.626)</u>	<u>(1.311)</u>
<i>Alíquota efetiva</i>	15,81%	19,13%	1,39%

(*) A partir do ano-calendário de 2006, a pessoa jurídica poderá excluir do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, o valor correspondente a até 60% (sessenta por cento) da soma dos dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, classificáveis como despesa pela legislação do IRPJ, na forma do inciso I do *caput* do art. 17 desta Lei nº 11.196/05. Em 30 de setembro de 2015, a Medida Provisória nº 694 prevê a suspensão, no ano-calendário de 2016, dos benefícios fiscais concedidos pela Lei nº 11.196/05 às atividades de pesquisa e desenvolvimento.

(**) Refere-se substancialmente a baixa de saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal acumulado da controlada Scalina, onde não há perspectiva factível para utilização desse saldo no próximo período, tendo em vista o histórico de prejuízo. Apesar do desempenho da controlada estar melhorando ano após ano, diminuindo gradativamente o prejuízo, a Administração entende que diante dessa realidade e pelo cenário de incerteza causado pela Pandemia do Covid 19, e respaldado pela normas vigentes, não caberia a manutenção procedeu com o desreconhecimento de tal ativo diferido, mantendo registrado somente o saldo cuja realização é provável nos termos das normas contábeis vigentes.

v) **Créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social**

As controladas Scalina Ltda., Itabuna Têxtil Ltda, Lupo HL Comércio de Roupas e Acessórios Ltda, possuem base de cálculo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não reconhecidos no montante de R\$ 313.088, respectivamente, sem limite prescricional.

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

14 Investimentos**a. Composição dos saldos**

	Consolidado		
	2020	2019	2018
Outros investimentos	142	142	142
	Controladora		
	2020	2019	2018
Outros investimentos	142	142	142
Participação em empresas controladas	187.077	257.261	210.825
	<u>187.219</u>	<u>257.403</u>	<u>210.967</u>

b. Movimentação dos saldos - Controlada:

	Lupo Franquias Ltda.		
	2020	2019	2018
Quotas possuídas			
Capital social	-	999	999
Ativos	-	1	1
Passivos	-	8.492	8.484
Patrimônio líquido	-	8.491	8.483
Receitas	-	1	1
Despesas e custos	8.692	43.537	40.647
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	(1.312)	(3.593)	(3.081)
Resultado do exercício	(977)	(4.928)	(4.640)
Percentual de participação	6.403	35.016	32.926
Valor contábil do investimento no início do exercício	99.90%	99.90%	99.90%
Encerramento de atividade	1	1	1
Aquisição	(1)	-	-
Dividendos e lucros recebidos	(6.397)	(34.980)	(32.893)
Resultado da equivalência patrimonial	6.397	34.980	32.893
Investimento no final do exercício	-	1	1
	Scalina Ltda.		
	2020	2019	2018
Quotas possuídas	414.847.305	363.185.757	68.040.139
Capital social	414.847	363.187	358.362
Ativos	103.926	222.289	176.740
Passivos	33.768	12.500	17.132
Patrimônio líquido	147.518	209.789	159.608
Receitas	167.292	11.580	28.963
Despesas e custos	(191.399)	(14.855)	(36.318)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	(46.076)	(279)	6.552
Resultado do exercício	(70.183)	(3.554)	(803)
Percentual de participação	100%	100%	100%
Valor contábil do investimento no início do exercício	257.260	210.824	206.804
Aquisição	-	51.662	4.824
Dividendos e lucros recebidos	-	15.300	-
Resultado da equivalência patrimonial	(70.183)	(20.526)	(803)
Investimento no final do exercício	187.077	257.261	210.825

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

15 Imobilizado

Controladora									
	Terrenos	Máquinas, equipamentos e instalações(*)	Móveis e utensílios	Veículos	Benfeitorias em móveis de terceiros	Bens em construção	Edifícios e outros	Direito de uso	Total
Custo e custo atribuído:									
Saldo em 1º de janeiro de 2018	70	386.712	35.748	1.982	74.129	10.151	27.692	-	536.484
Adições	-	6.612	557	178	3.684	1.723	3.600	-	16.354
Alienações	-	(10.586)	(173)	(294)	-	-	-	-	(11.053)
Transferências (Nota 16)	-	115	-	-	2.016	(5.674)	630	-	(2.913)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	70	382.853	36.132	1.866	79.829	6.200	31.922	-	538.872
Adições	-	9.721	788	21	28	5.364	-	41.481	57.403
Alienações	-	(5.026)	(196)	(59)	-	-	(5.319)	-	(10.600)
Transferências (Nota 16)	-	(82)	72	(2)	122	(120)	-	-	(10)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	70	387.466	36.796	1.826	79.979	11.444	26.603	41.481	585.665
Adições	-	12.078	479	-	88	5.553	65	3.192	18.427
Alienações	-	(17.653)	(1.627)	(27)	-	-	-	(788)	(20.095)
Transferências (Nota 16)	-	-	-	-	5.215	(5.215)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	70	381.891	35.648	1.799	85.282	11.782	26.668	43.885	583.997
Depreciação:									
Saldo em 1º de janeiro de 2018	-	(210.049)	(25.475)	(1.608)	(8.656)	-	(14.705)	(7.703)	(268.196)
Depreciação do exercício	-	(24.184)	(1.042)	(115)	(1.624)	-	(1.045)	-	(28.010)
Alienações	-	6.120	147	273	-	-	-	-	6.540
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(235.816)	(26.370)	(1.450)	(10.280)	-	(15.750)	-	(289.666)
Depreciação do exercício	-	(11.895)	(1.586)	(104)	(1.131)	-	(1.365)	(4.575)	(20.656)
Alienações	-	(863)	184	59	-	-	2.528	-	1.908
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(248.874)	(27.772)	(1.495)	(11.411)	-	(14.587)	(4.575)	(308.414)
Depreciação do exercício	-	(11.805)	(943)	(99)	(1.184)	-	(1.067)	(4.851)	(19.949)
Alienações	-	9.025	1.560	29	-	-	-	131	10.745
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(251.354)	(27.155)	(1.565)	(12.595)	-	(15.654)	(9.295)	(317.618)
Valor líquido contábil:									
Em 31 de dezembro de 2018	70	147.037	9.762	416	69.549	6.200	16.172	-	249.206
Em 31 de dezembro de 2019	70	138.892	9.024	331	68.568	11.444	12.016	36.906	277.251
Em 31 de dezembro de 2020	70	130.537	8.493	234	72.687	11.782	11.014	31.562	269.407

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Controladora								
	Terrenos	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Benfeitorias em móveis de terceiros	Bens em construção	Direito de Uso	Total
Custo e custo atribuído:								
Saldo em 1º de janeiro de 2018	1	237.784	9.068	918	74.129	9.061	-	330.961
Adições	-	6.030	540	148	3.683	1.199	-	11.600
Alienações	-	(5.297)	(70)	(294)	-	-	-	(5.661)
Transferências (Nota 16)	-	-	-	-	2.018	(4.065)	-	(2.047)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1	238.517	9.538	772	79.830	6.195	-	334.853
Adições	-	9.026	762	21	28	4.686	41.481	56.004
Alienações	-	(3.715)	(115)	-	-	-	-	(3.830)
Transferências (Nota 16)	-	(82)	72	(2)	122	(120)	-	(10)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1	243.746	10.257	791	79.980	10.761	41.481	387.017
Adições	-	11.677	443	-	88	5.408	164	17.617
Alienações	-	(9.218)	(4)	(27)	-	-	(788)	(10.037)
Transferências (Nota 16)	-	-	-	-	5.215	(5.215)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1	246.205	10.696	764	85.283	10.954	40.857	394.760
Depreciação:								
Saldo em 1º de janeiro de 2018	-	(121.598)	(5.554)	(685)	(7.615)	-	-	(135.452)
Depreciação do exercício	-	(9.744)	(919)	(63)	(1.093)	-	-	(11.819)
Alienações	-	4.563	70	273	-	-	-	4.906
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(126.779)	(6.403)	(475)	(8.708)	-	-	(142.365)
Depreciação do exercício	-	(9.100)	(1.492)	(51)	(1.131)	-	(4.575)	(16.349)
Alienações	-	3.368	113	-	-	-	-	3.481
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(132.511)	(7.782)	(526)	(9.839)	-	(4.575)	(155.233)
Depreciação do exercício	-	(9.613)	(824)	(51)	(1.184)	-	(4.851)	(16.523)
Alienações	-	8.981	4	27	-	-	131	9.143
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(133.143)	(8.602)	(550)	(11.023)	-	(9.295)	(162.613)
Valor líquido contábil:								
Em 31 de dezembro de 2018	1	111.738	3.135	297	71.122	6.195	-	192.488
Em 31 de dezembro de 2019	1	111.235	2.475	265	70.141	10.761	36.906	231.784
Em 31 de dezembro de 2020	1	113.062	2.094	214	74.260	10.954	31.562	232.147

(*) Do saldo destacado em "máquinas, equipamentos e instalações", os valores líquidos (custo (-) depreciação) R\$ 15.602 em dezembro de 2020 (R\$ 23.980 em dezembro de 2019) e (R\$ 28.162 em dezembro de 2018) referem-se a Saldo de valor justo na aquisição da controlada Scalina Ltda.

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Garantia

Em 31 de dezembro de 2019 e 2020, não havia propriedades sujeitas a fiança registrada para garantir empréstimos bancários, já em 2018 o valor registrado era de R\$ 37.424 (Nota Explicativa nº 19)

Valor recuperável do ativo imobilizado

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

16 Intangível

Consolidado						
	Sistemas de informática(*)	Leasing software	Outros bens e direito(*)s	Valor justo por aquisição de controlada	Sistemas de informática em andamento	Total
Custo:						
Saldo em 1º de janeiro de 2018	29.499	1.638	2.933	46.329	28	80.427
Adições	1.415	-	-	-	-	1.415
Alienações	(2)	-	-	-	-	(2)
Transferências	2.913	-	-	-	-	2.913
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>33.825</u>	<u>1.638</u>	<u>2.933</u>	<u>46.329</u>	<u>28</u>	<u>84.753</u>
Adições	1.170	-	-	6.916	-	8.086
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>34.995</u>	<u>1.638</u>	<u>2.933</u>	<u>53.245</u>	<u>28</u>	<u>92.839</u>
Adições	1.500	-	-	-	-	1.500
Baixas	(525)	-	(107)	-	-	(632)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>35.970</u>	<u>1.638</u>	<u>2.826</u>	<u>53.245</u>	<u>28</u>	<u>93.707</u>
Amortização:						
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(18.204)	(1.638)	(284)	-	-	(20.126)
Amortização	(3.356)	-	(189)	-	-	(3.545)
Alienações	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(21.560)</u>	<u>(1.638)</u>	<u>(473)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(23.671)</u>
Amortização	(2.639)	-	(107)	-	-	(2.746)
Alienações	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(24.199)</u>	<u>(1.638)</u>	<u>(580)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(26.417)</u>
Amortização	(1.837)	-	-	-	-	(1.837)
Alienações	1	-	-	-	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>(26.035)</u>	<u>(1.638)</u>	<u>(580)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(28.253)</u>
Valor líquido contábil:						
Em 31 de dezembro de 2018	12.265	-	2.460	46.329	28	61.082
Em 31 de dezembro de 2019	10.796	-	2.353	53.245	28	66.422
Em 31 de dezembro de 2020	9.935	-	2.246	53.245	28	65.454

(*) Do saldo destacado em "Sistema de TI", os valores líquidos (custo (-) depreciação) R \$ 5.603 em dezembro de 2020 (R \$ 6.232 em dezembro de 2019) e (R \$ 6.861 em dezembro de 2018) referem-se ao Saldo do valor justo de aquisição da controlada Scalina Ltda.

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

	Controladora			Total
	Sistemas de informática	Leasing software	Sistemas de informática em andamento	
Custo:				
Saldo em 1º de janeiro de 2018	13.134	1.638	28	14.800
Adições	1.191	-	-	1.191
Transferências (Nota15)	2.048	-	-	2.048
Saldo em 31 de dezembro de 2018	16.373	1.638	28	18.039
Adições	1.045	-	-	1.045
Transferências (Nota 15)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	17.418	1.638	28	19.084
Adições	1.436	-	-	1.436
Transferências (Nota 15)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	18.854	1.638	28	20.520
Amortização:				
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(9.226)	(1.638)	-	(10.864)
Amortização do exercício	(2.003)	-	-	(2.003)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(11.229)	(1.638)	-	(12.867)
Amortização do exercício	(1.760)	-	-	(1.760)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(12.989)	(1.638)	-	(14.627)
Amortização do exercício	(1.600)	-	-	(1.600)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(14.589)	(1.638)	-	(16.227)
Valor líquido contábil:				
Em 31 de dezembro de 2018	5.144	-	28	5.172
Em 31 de dezembro de 2019	4.429	-	28	4.457
Em 31 de dezembro de 2020	4.265	-	28	4.293

Provisão para imparidade

O *goodwill* é testado para imparidade anualmente ou sempre que sejam identificados indícios de que o ativo está com imparidade. Para 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o valor recuperável excedeu o valor contábil e nenhuma provisão para redução ao valor recuperável foi necessária.

O teste de redução ao valor recuperável foi realizado de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e os valores do ágio foram alocados por Unidade Geradora de Caixa (“UGC”), bem como ativos intangíveis com vida útil indefinida.

A Companhia e suas controladas determinam o valor recuperável de uma UGC com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos utilizam projeções de fluxo de caixa, com base em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para o período de cinco anos.

A Companhia e suas controladas realizaram o teste de imparidade em 31 de dezembro de 2020 e considerou, entre outros fatores, os seguintes pressupostos relevantes:

- O custo médio ponderado de capital (WACC) foi determinado com base nos seguintes percentuais para cada um dos períodos nestas demonstrações financeiras: 12,76%
- Foi utilizada a média das seguintes macro premissas para o período dos cálculos: (adicionar tabela indicando% de bases utilizadas para cada ano “IPCA, SELIC, etc)

O fluxo de caixa previsto foi atualizado para refletir as demandas e projeções do negócio. Para a taxa de crescimento utilizada para extrapolar o fluxo de caixa de cada unidade geradora de caixa para um período superior a cinco anos, é utilizada uma taxa para um cenário de crescimento

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

conservador dos níveis de inflação, que foi estimada para os períodos subsequentes, e esta taxa é de 4 % a.a..

O fluxo de caixa previsto também foi atualizado para refletir as demandas e projeções do negócio. A administração da Companhia acredita que esse ritmo de crescimento se justifica com base no planejamento estratégico da Companhia e suas controladas para os próximos anos e também em projeções de mercado.

O lucro operacional foi projetado com base no desempenho passado, premissas macroeconômicas e inflação ajustada pelo crescimento esperado das vendas e pelo desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas usadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor.

Sensibilização das premissas relevantes do cálculo

O cálculo do valor em uso para a Companhia e suas controladas é mais sensível às seguintes premissas:

Taxas de desconto

As taxas de desconto representam a avaliação atual de mercado dos riscos específicos de cada UGC, levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e os riscos individuais dos ativos subjacentes que não foram incorporados nas estimativas de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado nas circunstâncias específicas da Companhia e suas controladas e suas atividades operacionais e é derivado do seu custo médio ponderado de capital (WACC). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio líquido. O custo do capital próprio é derivado do retorno esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia e suas controladas. O custo da dívida é baseado nos empréstimos e financiamentos que a Companhia e suas controladas são obrigados a pagar. O risco específico do segmento é incorporado pela aplicação de fatores beta individuais.

Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa além do período explícito de cinco anos

As taxas de crescimento usadas além do período de cinco anos são baseadas em uma taxa que sustenta o crescimento pelo menos nos níveis estimados para os períodos subsequentes e essa taxa é de 4%.

Um eventual cenário em que a Companhia e suas controladas mostram um crescimento constante abaixo dos níveis de inflação não resultaria necessariamente em uma perda por redução ao valor recuperável para as unidades geradoras de caixa da Companhia e suas controladas.

Quando aplicável, os ativos intangíveis são avaliados pelo valor de custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os honorários profissionais são registrados como parte dos custos em curso e, no caso de ativos qualificáveis, os custos com empréstimos capitalizados também são registrados de acordo com a política contábil da Companhia e suas controladas. A amortização desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido e é calculada na mesma base dos demais ativos intangíveis.

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

17 Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia aluga veículos e imóveis. Esses arrendamentos duram normalmente 4 anos, com a opção de renovar o arrendamento após esse período. Os pagamentos do arrendamento são ajustados anualmente para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos prevêem pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados nas mudanças no índice geral de preços. Para certos arrendamentos, a Companhia está impedido de celebrar quaisquer contratos de subarrendamento.

As informações sobre os arrendamentos dos quais a Companhia é a arrendatária são apresentadas a seguir:

(a) Ativo de direito de uso

Na adoção inicial a mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo esperado de uso dos ativos.

(i) Composição da movimentação**Consolidado e Controladora**

	Prazo médio em anos	Saldo Inicial em 01/01/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019	Adições	Remensuração	Transferências	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Custo:										
Imóveis		40.743	-	-	40.743	-	-	-	(748)	39.995
Veículos		738	-	-	738	129	35	-	(40)	862
		41.481	-	-	41.481	129	35	-	(788)	40.857
Depreciação:										
Imóveis	9	-	(4.306)	-	(4.306)	(4.530)	-	-	91	(8.745)
Veículos	2	-	(269)	-	(269)	(299)	(22)	-	40	(550)
		-	(4.575)	-	(4.575)	(4.829)	(22)	-	131	(9.295)
Saldo líquido										
Imóveis		40.743	(4.306)	-	36.437	(4.530)	3.028	-	(657)	34.278
Veículos		738	(269)	-	469	(170)	13	-	-	312
		41.481	(4.575)	-	36.906	(4.700)	3.041	-	(657)	34.590

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

(b) Passivo de arrendamento

Para os contratos abrangidos pela norma, o valor dos pagamentos futuros de rendas fixas, descontados a uma taxa nominal de endividamento incremental, foi considerado uma componente do passivo de locação.

A taxa nominal de endividamento incremental (desconto) utilizada para o cálculo do valor presente dos contratos baseou-se nas cotações efetuadas junto de instituições financeiras para aquisição de ativos em condições semelhantes às dos contratos de arrendamento.

A taxa de financiamento incremental, aplicável à carteira de ativos arrendados. Por meio dessa metodologia, a Companhia obteve uma taxa média de 23,1391% a.a. utilizado em 31 de dezembro de 2020 (7,3179% em 31 de dezembro de 2019, 7,5521% em 31 de dezembro de 2018, respectivamente).

A Companhia não possui direito potencial de PIS / Pasep e Cofins recuperável embutido na contraprestação do arrendamento, uma vez que nossas operações estão incluídas no regime cumulativo.

De acordo com o CPC 06 (R2), na mensuração e remensuração de seus passivos de arrendamento e ativos de direito de uso, a Companhia utilizou o método de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, de acordo com a vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Essa proibição pode gerar distorções significativas nas informações a serem prestadas, dada a atual realidade das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos concluindo que são imateriais para suas demonstrações financeiras.

Em 7 de julho de 2020, foi aprovada a revisão do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela CVM, por meio da Deliberação CVM 859/20, com alterações decorrentes das concessões de aluguéis da COVID-19. A Companhia optou por não avaliar se os descontos concedidos e adiamentos de pagamento relacionados à Covid-19 concedidos pelos arrendatários sob contratos de arrendamento seriam uma modificação do contrato de arrendamento. As alterações contratuais não produziram efeitos relevantes durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

(i) Composição da movimentação

	Consolidado e Controladora							
	Saldo inicial em 01/01/2019	Adições de principal	Baixas de principal	Transferências	Pagamento de principal	Juros apropriados	Baixas de juros	Saldo em 31/12/2019
Imóveis	41.809	-	-	-	(4.103)	1.763	(1.768)	37.701
Veículos	738	-	-	-	(269)	30	(29)	470
	42.547	-	-	-	(4.372)	1.793	(1.797)	38.171

	Consolidado e Controladora								
	Saldo inicial em 01/01/2020	Adições de principal	Baixas de principal	Transferências	Pagamento de principal	Juros apropriados	Baixas de juros	Remensuração	Saldo em 31/12/2020
Imóveis	37.701	-	(91)	-	(3.960)	1.959	(1.959)	3.028	36.678
Veículos	470	129	(40)	-	(259)	74	(62)	-	312
	38.171	129	(131)	-	(4.219)	2.033	(2.021)	3.028	36.990

(ii) Estimativa de liquidação

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados monetariamente pelo IPCA. A análise de vencimento dos contratos é apresentada a seguir:

	Passivo de arrendamento	Juros	Valor Presente dos passivos de arrendamento
2021	5.801	(2.093)	3.708
2022	5.801	(1.911)	3.890
2023	5.801	(1.713)	4.088
2024	5.801	(1.496)	4.305
2025	5.801	(1.262)	4.539
2026	5.801	(1.007)	4.794
2027	5.801	(730)	5.071
2028	5.801	(428)	5.373
2029	1.450	(228)	1.222
Saldo em 31/12/2020	47.858	(13.896)	36.990

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

18 Fornecedores

	Consolidado		
	2020	2019	2018
Fornecedores mercado interno	35.913	36.362	23.013
Fornecedores mercado externo	5.874	3.115	827
Fornecedores Partes Relacionadas	8	164	151
	41.795	39.641	23.991
	Controladora		
	2020	2019	2018
Fornecedores mercado interno	22.257	20.077	15.750
Fornecedores mercado externo	5.858	3.115	89
Fornecedores _ Partes Relacionadas	918	257	238
	29.033	23.449	16.077

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na Nota Explicativa nº 23.

19 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota Explicativa nº 23.

Termos e cronograma de amortização da dívida

Termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

					Consolidado		
					2020	2019	2018
Finalidade	Moeda	Indexador	Taxa de juros nominal	Mês/Ano de vencimento	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil
Ativo imobilizado	R\$	Floating rate	3.5% a.a.	Set 2021	-	-	2
Ativo imobilizado	R\$	Floating rate	8.7% a.a.	Set 2021	17	39	60
Capital de giro	R\$	Floating rate	CDI + 100%	Dez 2019	-	-	1.203
Capital de giro	R\$	Floating rate	CDI + 100%	Dez 2019	-	-	3.610
Capital de giro	US\$	Fixed rate	15.32% a.a.	Ago 2019	-	-	11.367
Capital de giro	R\$	Fixed rate	6.89% a.a.	Nov 2020	-	1.105	5.053
Capital de giro	US\$	Fixed rate	6.54% a.a.	Nov 2020	-	12.183	15.942
Inov. Tecnológica.	R\$	Fixed rate	3.5% a.a.	Fev 2021	420	2.941	5.462
Capital de giro	US\$	Fixed rate	91% x CDI a.a.	Nov 2022	20.869	-	-
Capital de giro	US\$	Floating rate	CDI + 1.30% a.a.	Fev 2019	-	-	30.830
Capital de giro	US\$	Fixed rate	9.10% a.a.	Dez 2019	-	723	15.931
Capital de giro	US\$	Floating rate	65% CDI	Nov 2022	-	16.163	-
Capital de giro	US\$	Fixed rate	91% x CDI a.a.	Nov 2020	-	3.034	5.834
Total de passivos com incidência de juros					21.306	36.188	95.294
Circulante					12.223	25.293	72.938
Não circulante					9.083	10.895	22.356

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

	Moeda	Indexador	Taxa de juros nominal	Mês/Ano de vencimento	Controladora		
					2020	2019	2018
Finalidade					Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil
Ativo imobilizado	R\$	Fixed rate	3.5% a.a.	Jan 2019	-	-	2
Inov. Tecnológica.	R\$	Fixed rate	3.5% a.a.	Fev 2021	420	2.941	5.462
Capital de giro	US\$	Fixed rate	15.32% a.a.	Ago 2019	-	-	11.367
Capital de giro	R\$	Fixed rate	6.89% a.a.	Nov 2020	-	1.105	5.053
Capital de giro	US\$	Fixed rate	6.54% a.a.	Nov 2020	-	12.183	15.942
Capital de giro	US\$	Floating rate	65% CDI	Nov 2022	20.870	16.163	-
Total de passivos com incidência de juros					<u>21.290</u>	<u>32.391</u>	<u>37.826</u>
Circulante					12.223	21.513	18.300
Não circulante					9.067	10.878	19.526

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Consolidado						
	31 de dezembro de 2019	Financiamentos e empréstimos tomados	Juros provisionados	Pagamentos de financiamentos e empréstimos	Juros pagos	Variação cambial	31 de dezembro de 2020
Capital de giro	29.450	-	462	(17.692)	(2.571)	11.220	20.869
Finame	39	-	-	(22)	-	-	17
Pré Pagamento de Exportação	3.758	-	-	(3.758)	-	-	-
Finep	2.941	-	60	(2.522)	(59)	-	420
	36.188	-	522	(23.994)	(2.630)	11.220	21.306

	Consolidado						
	31 de dezembro de 2018	Financiamentos e empréstimos tomados	Juros provisionados	Pagamentos de financiamentos e empréstimos	Juros pagos	Variação cambial	31 de dezembro de 2019
Capital de giro	83.936	16.760	3.813	(69.333)	(4.488)	(1.238)	29.450
Finame	62	-	4	(22)	(4)	-	39
Pré Pagamento de Exportação	5.835	-	1.304	(3.201)	(1.301)	1.121	3.758
Finep	5.461	-	149	(2.516)	(153)	-	2.941
	95.294	16.760	5.270	(75.074)	(5.946)	(116)	36.188

	Consolidado						
	1º de janeiro de 2018	Financiamentos e empréstimos tomados	Juros Provisionados	Pagamentos de financiamentos e empréstimos	Juros Pagos	Variação Cambial	31 de dezembro de 2018
Capital de giro	107.266	65.900	7.664	(90.433)	(8.863)	2.402	83.936
Finame	122	-	8	(62)	(6)	-	62
Pré Pagamento de Exportação	7.709	-	457	(1.872)	(459)	-	5.835
Finep	7.982	-	234	(2.517)	(238)	-	5.461
	123.079	65.900	8.363	(94.884)	(9.566)	2.402	95.294

	Controladora						
	31 de dezembro de 2019	Financiamentos e empréstimos tomados	Juros provisionados	Pagamentos de financiamentos e empréstimos	Juros pagos	Variação cambial	31 de dezembro de 2020
Capital de giro	29.450	-	463	(17.692)	(5.487)	14.136	20.870
Finep	2.941	-	61	(2.521)	(59)	-	421
	32.391	-	523	(20.213)	(5.546)	14.136	21.290

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Controladora							
	31 de dezembro de 2018	Financiamentos e empréstimos tomados	Juros provisionados	Pagamentos de financiamentos e empréstimos	Juros pagos	Variação cambial	31 de dezembro de 2019
Capital de giro	32.363	16.760	1.802	(19.677)	(1.961)	163	29.450
Finame	2	-	-	(2)	-	-	-
Finep	5.461	-	147	(2.516)	(151)	-	2.941
	37.826	16.760	1.949	(22.195)	(2.112)	163	32.391

Controladora							
	1º de janeiro de 2018	Financiamentos e empréstimos tomados	Juros provisionados	Pagamentos de financiamentos e empréstimos	Juros pagos	Variação cambial	31 de dezembro de 2018
Capital de giro	49.582	-	2.866	(20.119)	(3.781)	3.815	32.363
Finame	42	-	-	(40)	-	-	2
Finep	7.982	-	234	(2.517)	(238)	-	5.461
	57.606	-	3.100	(22.676)	(4.019)	3.815	37.826

Os empréstimos bancários da Companhia e suas controladas estão garantidos notas promissórias no valor contábil de R\$ 420 em 2020 (R\$ 15,123 em 2019 e R\$ 32.771 em 2018).

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a determinadas cláusulas restritivas existentes nos contratos de financiamentos e empréstimos, sendo as mais significativas as apresentadas a seguir:

- Cumprir o disposto na legislação referente à Política Nacional de Meio Ambiente, adotando, durante o prazo de vigência do contrato, medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, que possam vir a ser causados pelo projeto financiado;
- Manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente, durante o prazo de vigência do contrato;
- Não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes do contrato;
- Manter em dia o pagamento de todas as obrigações de naturezas tributária, trabalhista, previdenciária e outras de caráter social, inclusive as contribuições devidas ao COFINS, FGTS, PIS/PASEP;
- Enviar periodicamente ao BNDES balanços, balancetes e informações sobre a Companhia e suas controladas; e
- Cumprir a legislação referente ao transporte de bens importados financiados com recursos próprios.

Em 31 de dezembro de 2020, os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos nos seguintes anos:

Ano de vencimento	Consolidado	Controladora
2022	<u>9.083</u>	<u>9.067</u>
	<u>9.083</u>	<u>9.067</u>

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

20 Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado		
	2020	2019	2018
ICMS	4.730	657	1.830
Previdência social a recolher	4.849	4.228	3.681
Contribuição Social Lei nº 11.051/04 (*)	-	-	747
FGTS a recolher	1.847	1.755	1.945
COFINS a recolher	2.828	2.117	1.568
IRRF a recolher	1.746	3.517	2.378
PIS a recolher	587	390	332
ISS a recolher	36	14	246
Parcelamentos (*)	5.498	7.085	277
	<u>22.121</u>	<u>19.763</u>	<u>13.004</u>
Passivo circulante	16.866	13.239	12.773
Passivo não circulante	5.255	6.524	231
	Controladora		
	2020	2019	2018
ICMS	4.263	219	1.270
Previdência social a recolher	3.583	2.995	2.858
Contribuição Social Lei nº 11.051/04 (*)	-	-	747
FGTS a recolher	1.702	1.348	1.262
COFINS a recolher	2.633	1.993	1.197
IRRF a recolher	1.585	3.157	2.005
PIS a recolher	525	365	255
ISS a recolher	25	1	233
	<u>14.316</u>	<u>10.078</u>	<u>9.827</u>
Passivo circulante	13.460	9.222	9.596
Passivo não circulante	856	856	231

(*) Em novembro de 2009, a Controlada optou pelo parcelamento de seus débitos de contribuições previdenciárias e impostos federais, vencidos até 30 de novembro de 2008, através da adesão ao programa REFIS IV, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, o qual foi consolidado em junho de 2011 pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Nos termos da legislação pertinente, a controlada tem a obrigação de permanecer adimplente com relação aos pagamentos das parcelas mensais do referido parcelamento, como condição essencial à sua manutenção. O não cumprimento dessa obrigação acarretará a exclusão e o cancelamento dos benefícios concedidos e também a exigência imediata dos débitos vencidos e a vencer, no seu valor original, com incidência dos acréscimos legais até a data da exclusão. A Companhia vem cumprindo tempestivamente os pagamentos previstos para esse parcelamento.

21 Partes relacionadas

	Relacionamento	Nota	Consolidado		
			2020	2019	2018
Ativo circulante			Saldos	Saldos	Saldos
<i>Venda de produtos</i>					
Comercial Lupo S.A.	(i)		6,214	3,995	74
Diversos	(iv)		2,202	1,892	2,954
Diversos	(iv)		2,205	3,950	3,695
		9	<u>10,621</u>	<u>9,837</u>	<u>6,723</u>
<i>Adiantamentos</i>					
Diversos Diretoria	(iv)		-	1,028	1,028
Total do ativo			<u>10,621</u>	<u>10,865</u>	<u>7,751</u>

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Passivo circulante				
<i>Serviços Hotelaria/Diversos</i>				
Comercial Lupo S.A.	(i)	(8)	(155)	(142)
Fornecedores	(iv)	-	(9)	(9)
		(8)	(164)	(151)
<i>Aluguéis a pagar</i>				
Lupo Adm. e Participações Ltda.	(iii)	(504)	(485)	(455)
		(512)	(649)	(606)
<i>Juros sobre capital próprio</i>				
Acionistas não controladores	(iv)	(30,440)	(18,782)	(15,559)
Total do passivo		(30,952)	(19,431)	(16,165)

Consolidado				
2020				
2019				
2018				
		Receitas (despesas)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Relacionamento	Nota			
Ativo circulante				
<i>Venda de produtos</i>				
Comercial Lupo S.A.	(i)	8.766	1.051	978
Diversos	(iv)	5.503	9.451	9.479
Diversos	(iv)	32.163	67.060	52.759
Total do ativo		46.432	77.562	63.216
Passivo circulante				
<i>Serviços Hotelaria/Diversos</i>				
Comercial Lupo S.A.	(i)	(125)	(652)	(516)
Itabuna Textil Ltda	(ii)	-	(1.161)	(1.260)
Fornecedores	(iv)	(50)	(216)	(194)
		(175)	(2.029)	(1.970)
<i>Aluguéis a pagar</i>				
Lupo Adm. e Participações Ltda.	(iii)	(5.928)	(5.011)	(4.709)
Total do passivo		(6.103)	(7.041)	(6.679)

Controladora				
2020				
2019				
2018				
		Saldos	Saldos	Saldos
Relacionamento	Nota			
Ativo circulante				
<i>Venda de produtos</i>				
Comercial Lupo S.A.	(i)	6.214	3.724	74
Lupo Franquias Ltda.		-	34	24
Itabuna Textil Ltda.	(ii)	24.817	24.107	8.389
Scalina Ltda.	(ii)	-	-	4.267
Diversos	(iv)	2.202	1.382	2.304
Diversos	(iv)	2.205	3.950	2.694
		35.438	33.197	17.752
<i>Adiantamentos</i>				
Diversos Diretoria	(iv)	-	1.028	1.028
<i>Dividendos</i>				
Lupo Franquias Ltda.		-	6.537	6.683
Total do ativo	9	35.438	40.762	25.463
Passivo circulante				
<i>Serviços Hotelaria/Diversos</i>				
Comercial Lupo S.A.	(i)	(8)	(155)	(142)
Itabuna Textil Ltda	(ii)	(910)	(93)	(87)
Fornecedores	(iv)	-	(9)	(9)
		(918)	(257)	(238)
<i>Débito Coligadas</i>				
Itabuna Textil Ltda.	(ii)	(3.373)	-	-
Scalina Ltda.	(ii)	(1.042)	-	-
		(4.415)	-	-
<i>Aluguéis a pagar</i>				
Lupo Adm. e Participações Ltda.	(iii)	(504)	(485)	(455)
		(5.837)	(742)	(693)

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Ativo circulante	Relacionamento	Nota	Controladora		
			2020	2019	2018
			Receitas (despesas)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Venda de produtos					
Comercial Lupo S.A.	(i)		8.766	817	772
Lupo Franquias Ltda.			9	14	14
Itabuna Têxtil Ltda.	(ii)		11.080	21.849	3.570
Scalina Ltda.	(ii)		16	16	9.021
Diversos	(iv)		5.034	7.641	7.664
Diversos	(iv)		32.163	53.648	42.207
			<u>57.068</u>	<u>83.985</u>	<u>63.248</u>
Total do ativo			<u>57.068</u>	<u>83.985</u>	<u>63.248</u>
Passivo circulante					
Serviços Hotelaria/Diversos					
Comercial Lupo S.A.	(i)		(96)	(652)	(516)
Itabuna Textil Ltda	(ii)		(5.898)	(1.161)	(1.260)
Fornecedores	(iv)		(50)	(216)	(194)
			<u>(6.044)</u>	<u>(2.029)</u>	<u>(1.970)</u>
Aluguéis a pagar					
Lupo Adm. e Participações Ltda.	(iii)		(5.928)	(485)	(4.709)
Total do passivo			<u>(11.972)</u>	<u>(2.514)</u>	<u>(6.679)</u>

(i) Comercial Lupo S.A.

O saldo a receber e a pagar com a Comercial Lupo S.A.. referem-se respectivamente, a venda de produtos para as lojas da Comercial Lupo S.A.. como meias, cuecas. “lingeries”. entre outros, e crédito de dividendos e juros sobre capital próprio.

(ii) Scalina Ltda. e Itabuna Ltda.

O saldo a receber refere-se a serviços prestados e venda de produtos.

(iii) Lupo Administração e Participações Ltda.

O contas a pagar com a Lupo Administração e Participações Ltda. refere-se ao aluguel do prédio no qual a Lupo S.A. mantém suas operações industriais.

(iv) Diretoria/acionistas e familiares

O saldo a receber com os diretores e acionistas e familiares refere-se à venda de produtos para as lojas franqueadas de propriedade dos diretores, acionistas e familiares de acionistas, como meias, cuecas, *lingeries*, entre outros.

Remuneração da Diretoria

Os diretores são as pessoas-chave que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, entre outros), contabilizados na rubrica “Despesas com Dirigentes”.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração estão apresentados abaixo:

	2020	2019	2018
Remuneração da Diretoria	5.628	4.969	5.300

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

22 Provisão para processos judiciais

A Companhia possui ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas.

Com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como apresentado a seguir:

	Consolidado			Controladora		
	Tributária	Cíveis e trabalhistas	Total	Tributária	Cíveis e trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	43.513	9.055	52.568	511	752	1.263
(Reversões) complemento	(19.176)	(3.509)	(22.685)	-	(696)	(696)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	24.337	5.546	29.883	511	56	567
(Reversões) complemento	(12.424)	(2.991)	(15.415)	(511)	(56)	(567)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.913	2.555	14.468	-	-	-
(Reversões) complemento	(9.455)	(1.570)	(11.025)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.458	985	3.443	-	-	-

Provisão tributária

As provisões tributárias referem-se a levantamentos feitos pela Receita Federal do Brasil e que se encontram *sub judice*. Acima, um pouco mais de detalhe sobre a absorção da Scalina Ltda.

O valor de R\$ 2.458 em 31 de dezembro de 2020 refere-se a propostas de contingências mínimas como ICMS, IPI e ISSQN decorrentes do saldo da aquisição referente à compra da Scalina Ltda. no valor de R\$ 1.965, referente ao processo 0000739-17.2010.4.01.3311 - Mandado de Segurança - Inconstitucionalidade e Ilegalidade da RAT e FAP. O valor de R\$ 1.122 refere-se ao processo 0001505-31.2010.403.6119 - Mandado de Segurança de Inconstitucionalidade e Ilegalidade da RAT / FAP.

Provisões tributárias, cíveis e trabalhistas - Controladora

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha em andamento processos de ordem tributária, cível e trabalhista, cuja materialização, na avaliação dos consultores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$ 9.961 (R\$ 8.809 em 2019, e R\$ 7.958 em 2018) para os quais nenhuma provisão foi constituída.

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Provisões tributárias, cíveis e trabalhistas - Consolidado

Em 31 de dezembro de 2020, A Companhia e suas controladas mantinham em andamento processos de ordem tributária, cível e trabalhista, cuja materialização, na avaliação dos consultores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$ 12.865 (R\$ 8.809 em 2019 e R\$ 17.087 em 2018) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Segue a composição dos depósitos judiciais que estão sendo efetuados pela Companhia e suas controladas:

Descrição	Consolidado				
	2018	(Reversão) complemento	2019	(Reversão) complemento	2020
Depósitos Judiciais Natureza Tributária	17.030	(12.341)	4.689	(1.732)	2.957
Depósitos Judiciais Natureza Trabalhista	2.416	(179)	2.237	2.815	5.052
	19.446	(12.520)	6.926	1.083	8.009
Descrição	Controladora				
	2018	(Reversão) complemento	2019	(Reversão) complemento	2020
Depósitos Judiciais Natureza Trabalhista	-	-	-	261	261
	-	-	-	261	261

23 Instrumentos financeiros**a. Classificação contábil e valores justos**

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Consolidado

31 de dezembro de 2020	Valor contábil			Total	Valor justo			Total
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	84.186	20.665	-	104.851	20.665	84.186	-	104.851
Títulos e Valores Mobiliários	17.446	-	-	17.446	-	17.446	-	17.446
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	-	271.378	-	271.378	-	-	271.378	271.378
Passivos								
Fornecedores	-	-	(41.795)	(41.795)	-	(41.795)	-	(41.795)
Empréstimos e financiamentos	-	-	(21.306)	(21.306)	-	(21.306)	-	(21.306)
Outras contas a pagar	-	-	(5.548)	(5.548)	-	(5.548)	-	(5.548)
31 de dezembro de 2019	Valor contábil			Total	Valor justo			Total
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	65.383	18.126	-	83.509	18.126	65.383	-	83.509
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	-	268.548	-	268.548	-	-	268.548	268.548
Passivos								
Fornecedores	-	-	(39.641)	(39.641)	-	(39.641)	-	(39.641)
Empréstimos e financiamentos	-	-	(36.188)	(36.188)	-	(36.188)	-	(36.188)
Outras contas a pagar	-	-	(3.496)	(3.496)	-	(3.496)	-	(3.496)

Notas Explicativas

Lupo S.A.
*Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020*

31 de dezembro de 2018	Valor contábil			Total	Valor justo			Total
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	99.685	10.120	-	109.805	10.120	99.685	-	109.805
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	-	254.787	-	254.787	-	-	254.787	254.787
Passivos								
Fornecedores	-	-	(23.991)	(23.991)	-	(23.991)	-	(23.991)
Empréstimos e financiamentos	-	-	(95.294)	(95.294)	-	(95.294)	-	(95.294)
Outras contas a pagar	-	-	(4.551)	(4.551)	-	(4.551)	-	(4.551)

Controladora

31 de dezembro de 2020	Valor contábil			Total	Valor justo			Total
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	84.133	19.455	-	103.588	19.455	84.132	-	103.588
Títulos e Valores Mobiliários	17.446	-	-	17.446	-	17.446	-	17.446
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	-	221.983	-	221.983			221.983	221.983
Passivos								
Fornecedores	-	-	(29.033)	(29.033)		(29.033)	-	(29.033)
Empréstimos e financiamentos	-	-	(21.290)	(21.290)	-	(21.290)	-	(21.290)
Outras contas a pagar	-	-	(8.814)	(8.814)		(8.814)	-	(8.814)

31 de dezembro de 2019	Valor contábil			Total	Valor justo			Total
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	65.276	15.648	-	80.924	15.648	65.276	-	80.924
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	-	210.169	-	210.169			210.169	210.169
Passivos								
Fornecedores	-	-	(23.449)	(23.449)		(23.449)	-	(23.449)
Empréstimos e financiamentos	-	-	(32.391)	(32.391)	-	(32.391)	-	(32.391)
Outras contas a pagar	-	-	(2.542)	(2.542)		(2.542)	-	(2.542)

31 de dezembro de 2018	Valor contábil			Total	Valor justo			Total
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	99.585	9.383	-	108.968	9.383	99.383	-	108.968
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	-	190.897	-	190.897			190.897	190.897
Passivos								
Fornecedores	-	-	(16.077)	(16.077)		(16.077)	-	(16.077)
Empréstimos e financiamentos	-	-	(37.826)	(37.826)	-	(37.826)	-	(37.826)
Outras contas a pagar	-	-	(6.612)	(6.612)		(6.612)	-	(6.612)

b. Determinação do valor justo

O valor justo é o valor pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes conhecedoras e dispostas em uma transação em condições normais de mercado. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações nas métricas utilizadas para mensurar um valor por um valor confiável.

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

A Companhia utiliza, quando aplicável, o pronunciamento técnico CPC 40 / IFRS 7 Instrumentos financeiros: Divulgação para instrumentos financeiros mensurados na demonstração da posição financeira pelos seus valores justos, o que requer divulgação das mensurações do valor justo nos níveis do seguinte valor justo hierarquia de medição:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço - se os preços cotados são prontamente e regularmente disponibilizados e se esses preços representam transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, em condições de mercado.
- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - deve ser determinada usando a metodologia de avaliação / precificação. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em condições de mercado motivadas por considerações de negócios.
- Nível 3. Sem mercado ativo: entradas para o ativo ou passivo que não são baseadas em dados de mercado observáveis.

A Companhia e suas controladas mantém apenas o saldo de R\$ 32.983 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ (13.942) em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 75.694 em 31 de dezembro de 2018) classificado como um instrumento financeiro mensurado a valor justo e a classificação do a hierarquia deste instrumento é o nível 2.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 a Companhia e suas controladas não efetuaram transferências entre níveis hierárquicos.

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos foram determinados para fins de mensuração e / ou divulgação com base nos métodos a seguir.

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado é uma aproximação razoável de seu valor justo.

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber de clientes e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

c. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado - taxa de juros, taxa de câmbio, risco de crédito e risco de liquidez. A Diretoria Executiva determina as estratégias a serem adotadas em cada circunstância e coordena o acesso aos mercados financeiros nacionais e estrangeiros, além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia e suas controladas por meio de relatórios internos de risco que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A Diretoria Executiva reporta-se periodicamente ao Conselho de Administração para discussão de riscos e exposições.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a cada um dos riscos acima mencionados, os objetivos da Companhia e de suas controladas, políticas e processos de mensuração e gestão de risco, e a gestão de capital da Companhia e suas subsidiárias. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras consolidadas e da controladora.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas. Os gestores de cada departamento reportam-se regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de Companhia e suas controladas incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

Contas a receber de clientes e outros créditos

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento no mercado que o cliente opera.

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

A Companhia e suas controladas limitam a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento parcelado de 08 meses para clientes.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma política de crédito sob a qual todo novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento e entrega da Companhia e suas controladas serem oferecidos. A análise da Companhia e suas controladas inclui avaliações externas, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Limites de compras são estabelecidos para cada cliente, que representam o montante máximo em aberto sem exigir a aprovação da Diretoria; esses limites são revisados anualmente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido pela Companhia e suas controladas somente poderão operar em base de pagamentos antecipados.

No monitoramento do risco de crédito com clientes, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo pessoa jurídica, atacadistas, varejistas ou consumidores finais, localização geográfica, perfil de idade, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores.

Contas a receber de clientes e outros créditos são relacionadas principalmente aos clientes de varejo, atacado e franquias da Companhia. Clientes classificados como de "alto risco" são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pela Diretoria, sendo suas vendas futuras feitas com base em pagamentos antecipados. A Companhia e suas controladas não exigem garantias com relação às contas a receber de clientes e outros créditos.

A Companhia e suas controladas estabelecem uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos. A provisão para créditos duvidosos foi constituída em montante julgado suficientes para cobrir prováveis perdas na realização e o critério definido pela Administração é, substancialmente, provisionar todo o saldo de contas a receber vencido há mais de 180 dias. No entanto, com o reflexo causado no contas a receber, onde aumentaram a inadimplência, pela pandemia - Covid 19, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi provisionado o valor de R\$ 4.744 (R\$ 3.415 em 2019 e R\$ 3.527 em 2018) na controladora, e R\$ 15.613 no consolidado (R\$ 15.300 em 2019 e R\$ 9.879 em 2018), pois os demais saldos vencidos estão representados substancialmente por grandes organizações e franquias que não possuem histórico de inadimplência, e os respectivos saldos estão sendo realizados durante o exercício atual.

Uma análise da qualidade de crédito do saldo de contas a receber de clientes que não estavam vencidas nem reduzidas ao valor recuperável e o vencimento das contas a receber de clientes vencidas mas não reduzidas ao valor recuperável está apresentada abaixo:

	Consolidado		
	2020	2019	2018
Contas a receber - A vencer	252.245	246.841	237.799
Contas a receber - Vencidas			
De 0 a 30 dias	8.938	6.828	5.738
De 31 a 60 dias	1.596	2.937	1.332
De 61 a 90 dias	987	2.212	458
De 91 a 180 dias	1.415	3.219	1.019
Acima de 181 dias	1.303	1.645	1.040
	<u>266.484</u>	<u>263.682</u>	<u>247.386</u>

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

	Controladora		
	2020	2019	2018
Contas a receber - A vencer	187.100	195.237	180.083
Contas a receber - Vencidas			
De 0 a 30 dias	6.793	5.352	3.459
De 31 a 60 dias	1.692	2.425	961
De 61 a 90 dias	2.156	1.198	192
De 91 a 180 dias	4.241	1.428	488
Acima de 181 dias	16.258	1.359	1.177
	218.240	206.999	186.360

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A Administração julga que a Companhia e suas controladas não têm risco de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa e sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

A seguir, estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Consolidado - 2020						
	Nota	Valor contábil	6 meses ou menos	7 - 12 meses	1 - 2 anos	3 - 5 Anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos	19	21.306	5.218	6.514	9.574	-
Fornecedores	18	41.795	41.795	-	-	-
Outras contas a pagar		5.548	5.548	-	-	-
Consolidado - 2019						
	Nota	Valor contábil	6 meses ou menos	7 - 12 meses	1 - 2 anos	3 - 5 Anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos	19	36.188	16.936	2.652	6.142	10.458
Fornecedores	18	39.641	39.641	-	-	-
Outras contas a pagar		3.496	3.496	-	-	-

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Consolidado - 2018						
	Nota	Valor contábil	6 meses ou menos	7 - 12 meses	1 - 2 anos	3 - 5 Anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos	19	95.294	34.089	38.850	21.918	437
Fornecedores	18	23.991	23.991	-	-	-
Outras contas a pagar		4.551	4.551	-	-	-
Controladora - 2020						
	Nota	Valor contábil	6 meses ou menos	7 - 12 meses	1 - 2 anos	3 - 5 Anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos	19	21.290	5.715	6.508	9.067	-
Fornecedores	18	29.033	29.033	-	-	-
Outras contas a pagar		8.814	8.814	-	-	-
Controladora - 2019						
	Nota	Valor contábil	6 meses ou menos	7 - 12 meses	1 - 2 anos	3 - 5 Anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos	19	32.391	14.547	1.261	6.125	10.458
Fornecedores	18	23.449	23.449	-	-	-
Outras contas a pagar		2.542	2.542	-	-	-
Controladora - 2018						
	Nota	Valor contábil	6 meses ou menos	7 - 12 meses	1 - 2 anos	3 - 5 Anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos	19	37.826	3.308	14.992	19.106	420
Fornecedores	18	16.077	16.077	-	-	-
Outras contas a pagar		6.612	6.612	-	-	-

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ser realizados antecipadamente.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

A Companhia e suas controladas mantêm constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos seus resultados. Adicionalmente, também são analisados outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra estes.

Risco cambial

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. A Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros atrelados

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

ao Dólar Norte-americano e ao Euro. Os instrumentos expostos à variação cambial são representados por duplicatas a receber, financiamentos de importação e exportação e fornecedores.

Análise de sensibilidade - Cambial

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, foram substituídas as taxas de câmbio e outros indexadores quando aplicável e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 em cada um dos cenários.

As tabelas abaixo demonstram os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Cenários	Nota	Valor	Taxa	Consolidado 2020			
				Alta		Baixa	
				25.00%	50.00%	25.00%	50.00%
Ativos e passivos financeiros							
Contas a receber – US\$	9	5.447	5,1967	6.809	8.171	4.085	2.724
Fornecedores – US\$	18	(30)	5,1967	(38)	(45)	(23)	(15)
Fornecedores – EUR	18	(5.844)	6,3779	(7.305)	(8.766)	(4.383)	(2.922)
Empréstimos e financiamentos – US\$	19	(20.869)	5,1967	(26.086)	(31.304)	(15.652)	(10.435)
Impacto no resultado				(5.324)	(10.648)	5.324	10.648
Cenários	Nota	Valor	Taxa	Controladora 2020			
				Alta		Baixa	
				25.00%	50.00%	25.00%	50.00%
Ativos e passivos financeiros							
Contas a receber – US\$	9	3.763	5,1967	4.704	5.645	2.822	1.882
Fornecedores – US\$	18	(17)	5,1967	(22)	(26)	(13)	(9)
Fornecedores – EUR	18	(5.841)	6,3779	(7.301)	(8.762)	(4.381)	(2.921)
Empréstimos e financiamentos – US\$	19	(20.869)	5,1967	(26.086)	(31.304)	(15.652)	(10.435)
Impacto no resultado				(5.741)	(11.483)	5.741	11.483
Cenários	Nota	Valor	Taxa	Consolidado 2019			
				Alta		Baixa	
				25.00%	50.00%	25.00%	50.00%
Ativos e passivos financeiros							
Contas a receber – US\$	9	8.541	R\$ 4,03	10.676	12.812	6.406	4.271
Fornecedores – US\$	18	(6)	R\$ 4,03	(8)	(9)	(4)	(3)
Fornecedores – EUR	18	(3.109)	R\$ 4,53	(3.886)	(4.664)	(2.332)	(1.555)
Empréstimos e financiamentos – US\$	19	(32.103)	R\$ 4,03	(40.129)	(48.155)	(24.077)	(16.052)
Impacto no resultado				(6.670)	(13.339)	6.670	13.339
Cenários	Nota	Valor	Taxa	Controladora 2019			
				Alta		Baixa	
				25.00%	50.00%	25.00%	50.00%
Ativos e passivos financeiros							
Contas a receber – US\$	9	5.651	R\$ 4,03	7.064	8.477	4.238	2.826
Fornecedores – US\$	18	(6)	R\$ 4,03	(8)	(9)	(4)	(3)
Fornecedores – EUR	18	(3.109)	R\$ 4,53	(3.886)	(4.664)	(2.332)	(1.555)
Empréstimos e financiamentos – US\$	19	(28.346)	R\$ 4,03	(35.432)	(42.519)	(21.260)	(14.173)
Impacto no resultado				(6.452)	(12.905)	6.452	12.905

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Cenários	Nota	Valor	Consolidado 2018				
			Taxa	Alta	Baixa		
				25.00%	50.00%	25.00%	50.00%
Ativos e passivos financeiros							
Contas a receber – US\$	9	8.952	R\$ 3,87	11.190	13.428	6.714	4.476
Fornecedores – US\$	18	(86)	R\$ 3,87	(108)	(129)	(65)	(43)
Fornecedores – EUR	18	(737)	R\$ 4,44	(921)	(1.106)	(553)	(369)
Fornecedores – CHF	18	(4)	R\$ 3,94	(5)	(6)	(3)	(2)
Empréstimos e financiamentos – US\$	19	(79.904)	R\$ 3,87	(99.880)	(119.856)	(59.928)	(39.952)
Impacto no resultado				(17.945)	(35.890)	(17.945)	(35.890)

Cenários	Nota	Valor	Controladora 2018				
			Taxa	Alta	Baixa		
				25.00%	50.00%	25.00%	50.00%
Ativos e passivos financeiros							
Contas a receber – US\$	9	7.563	R\$ 3,87	9.454	11.345	5.672	3.782
Fornecedores – US\$	18	(16)	R\$ 3,87	(20)	(24)	(12)	(8)
Fornecedores – EUR	18	(73)	R\$ 4,44	(91)	(110)	(55)	(37)
Empréstimos e financiamentos – US\$	19	(27.309)	R\$ 3,87	(34.136)	(40.964)	(20.482)	(13.654)
Impacto no resultado				(4.958)	(9.918)	4.958	9.918

Risco de taxa juros

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxas de juros na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	Consolidado		
		2020	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	8	104.851	83.509	109.805
Títulos e valores mobiliários	8	17.446	-	-
Empréstimos e financiamentos	19	(21.306)	(36.188)	(95.294)
Posição líquida		100.991	47.321	14.511
		Controladora		
	Nota	2020	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	8	103.588	80.924	108.968
Títulos e valores mobiliários	8	17.446	-	-
Empréstimos e financiamentos	19	(21.290)	(32.391)	(37.826)
Posição líquida		99.744	48.533	71.142

As operações da Companhia são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas, por TJLP e CDI; sendo assim, a Administração, de uma maneira geral, entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Companhia.

Aumento da taxa – Consolidado

Instrumentos	Exposição 12/31/2020	Risco	Taxa de juros efetiva a.a.	Cenário 1 - Consolidado			
				Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros							

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Aplicação financeira	84.186	CDI	2,75	3,44	2.896	4,13	3.477
Títulos e valores imobiliários (LFT)	17.446	CDI	2,75	3,44	600	4,13	721
Passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos	(21.306)	Div.	4,66	5,83	(1.242)	6,99	(1.489)
Efeito no resultado e no patrimônio líquido					2.254		2.709

Instrumentos	Exposição 12/31/2019	Risco	Taxa de juros efetiva a.a.	Cenário 1 - Consolidado			
				Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros							
Aplicação financeira	65.383	CDI	4,18	5,23	3.419	6,27	4.099
Passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos	(36.188)	Div.	5,17	6,46	(2.338)	7,76	(2.808)
Efeito no resultado e no patrimônio líquido					1.081		1.291

Instrumentos	Exposição 12/31/2018	Risco	Taxa de juros efetiva a.a.	Cenário 1 - Consolidado			
				Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros							
Aplicação financeira	99.685	CDI	6,42	8,03	8.005	9,63	9.600
Passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos	(95.294)	Div.	6,54	8,18	(7.795)	9,81	(9.348)
Efeito no resultado e no patrimônio líquido					210		252

Aumento da taxa – Controladora

Instrumentos	Exposição 12/31/2020	Risco	Taxa de juros efetiva a.a.	Cenário 1 – Controladora			
				Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros							
Aplicação financeira	84.133	CDI	2,75	3,44	2.894	4,13	3.475
Títulos e valores imobiliários (LFT)	17.446	CDI	2,75	3,44	600	4,13	721
Passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos	(21.290)	Div.	2,64	3,30	(703)	3,96	(843)
Efeito no resultado e no patrimônio líquido					2.791		3.353

Instrumentos	Exposição 12/31/2019	Risco	Taxa de juros efetiva a.a.	Cenário 1 – Controladora			
				Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros							
Aplicação financeira	65.276	CDI	4,18	5,23	3.414	6,27	4.093
Passivos financeiros							
Working capital	(32.391)	Div.	5,02	6,28	(2.034)	7,53	(2.439)
Efeito no resultado e no patrimônio líquido					1.380		1.654

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Instrumentos	Exposição 12/31/2018	Risco	Taxa de efetiva a.a.	juros	Cenário 1 – Controladora			
					Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%	
					%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicação financeira	99.585	CDI	6,42		8,03	7.997	9,63	9.590
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(37.826)	Div.	6,54		9,18	(3.472)	11,01	(4.165)
Efeito no resultado e no patrimônio líquido						4.525		5.425

Redução da taxa – Consolidado

Instrumentos	Exposição 12/31/2020	Risco	Taxa de efetiva a.a.	juros	Cenário 2 - Consolidado			
					Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
					%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicação financeira	84.186	CDI	2,75		2,06	1.734	1,37	1.153
Títulos e valores imobiliários (LFT)	17.446	CDI	2,75		2,06	359	1,37	239
Passivos financeiros								
Working capital	(21.306)	Div.	4,66		3,50	(746)	2,33	(496)
Efeito no resultado e no patrimônio líquido						1.347		896

Instrumentos	Exposição 12/31/2019	Risco	Taxa de juros efetiva a.a.	juros	Cenário 2 - Consolidado			
					Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
					%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicação financeira	65.383	CDI	4,18		3,14	2.053	2,09	1.366
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(36.188)	Div.	5,17		3,88	(1.404)	2,59	(937)
Efeito no resultado e no patrimônio líquido						649		429

Instrumentos	Exposição 12/31/2018	Risco	Taxa de juros efetiva a.a.	juros	Cenário 2 - Consolidado			
					Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
					%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicação financeira	99.685	CDI	6,42		4,82	4.805	3,21	3.200
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(95.294)	Div.	6,54		4,91	(4.679)	3,27	(3.116)
Efeito no resultado e no patrimônio líquido						126		84

Redução da taxa – Controladora

Instrumentos	Exposição 12/31/2020	Risco	Taxa de efetiva a.a.	juros	Cenário 2 – Controladora			
					Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
					%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicação financeira	84.133	CDI	2,75		2,06	1.733	1,38	1.161
Títulos e valores imobiliários (LFT)	17.446	CDI	2,75		2,06	600	1,38	241
Passivos financeiros								
Working capital	(21.290)	Div.	2,64		1,98	(422)	1,32	(281)
Efeito no resultado e no patrimônio líquido						1.911		1.121

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Instrumentos	Exposição 12/31/2019	Risco	Taxa de efetiva a.a.	de juros	Cenário 1 – Controladora			
					Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
					%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicação financeira	65.276	CDI	4,18	3,14	2.050	2,09	1.364	
Passivos financeiros								
Working capital	(32.391)	Div.	5,02	3,88	(1.404)	2,59	(937)	
Efeito no resultado e no patrimônio líquido					646		427	

Instrumentos	Exposição 12/31/2018	Risco	Taxa de efetiva a.a.	de juros	Cenário 2 – Controladora			
					Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
					%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicação financeira	99.585	CDI	6,42	4,82	4.800	3,21	3.197	
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(37.826)	Div.	6,54	4,90	(1.853)	3,27	(1.237)	
Efeito no resultado e no patrimônio líquido					2.947		1.960	

Gestão de capital

A política da Companhia e suas controladas é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia e suas controladas definem como resultados de atividades operacionais divididos pelo capital empregado médio *Economic Value Added (EVA)*. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para os acionistas.

A Companhia e suas controladas procuram manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos, buscando vantagens e segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. O objetivo da Companhia e suas controladas era de atingir um retorno sobre capital.

A dívida da Companhia e suas controladas para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	Consolidado		
	2020	2019	2018
Total do passivo	235.172	257.368	240.990
Menos: Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e TVM	(122.297)	(83.509)	(109.805)
Dívida líquida (A)	<u>112.875</u>	<u>173.859</u>	<u>131.185</u>
Total do patrimônio líquido (B)	<u>734.337</u>	<u>785.141</u>	<u>702.747</u>
Relação dívida líquida sobre capital ajustado em 31 de dezembro (A/B)	<u>15,8%</u>	<u>15,1%</u>	<u>18,7%</u>

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

	Controladora		
	2020	2019	2018
Total do passivo	201.809	196.195	131.464
Menos: Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e TVM	(121.034)	(80.924)	(72.470)
Dívida líquida (A)	80.775	115.271	58.994
Total do patrimônio líquido (B)	734.337	785.141	702.747
Relação dívida líquida sobre capital ajustado em 31 de dezembro (A/B)	11,0%	14,7%	8,4%

Não houve alterações na abordagem da Companhia à Administração de capital durante o ano.

24 Patrimônio líquido**Capital social**

Em 2018, o capital social foi aumentado conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária no valor de R\$ 71.944, mediante reversão da reserva legal, reserva para investimentos, totalizando um capital social integralizado de R\$ 500.754 (R\$ 428.810 em 31 de dezembro de 2017), e é representado por 200.000.000 de ações ordinárias nominativas sem valor (200.000.000 em 2017).

Em 2019, o capital social foi aumentado conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária no valor de R\$ 44.506, mediante reversão da reserva legal, reserva de incentivos fiscais, reserva para investimentos, totalizando um capital integralizado de R\$ 545.260 (R\$ 500.754 em 31 de dezembro de 2018), e está representado por 200.000.000 de ações ordinárias nominativas sem valor (200.000.000 em 2018).

Em 2020, o capital social foi aumentado conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária no valor de R\$ 82.896, mediante reversão da reserva legal, reserva de incentivos fiscais, reserva para investimentos e saldo de lucros a apropriar do exercício 2019, totalizando um capital social integralizado de R\$ 628.156 (R\$ 545.260 em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 500.754 em 31 de dezembro de 2018), e está representado por 200.000.000 de ações ordinárias nominativas sem valor (200.000.000 em 2019 e 200.000.000 em 2018).

Ações em tesouraria

Em 30 de setembro de 2019 foi celebrado o Termo de Cessão de Ações da Lupo S.A. o qual foi adquirido o total de 1.216.010 (um milhão, duzentos e dezesseis mil e dez) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, representativas de 0.61165% das ações em circulação, todas livres e desembaraçadas de quaisquer gravames.

O preço das ações adquiridas foi baseado nos termos do Parágrafo 2º do Artigo 23 do Estatuto Social da Companhia, e é no montante de R\$ 6.000.728,91 (seis milhões, setecentos e vinte e oito reais e noventa e um centavos). O pagamento ocorreu em parcela única na data de 13/11/2019.

A Companhia possui em tesouraria 2.406.314 (2.406.314 em 2019) e (1.190.304 em 2018) ações ordinárias de sua própria emissão, para futura alienação e/ou cancelamento.

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76. até o limite de 20% do capital social.

Reserva para investimentos

Trata-se de reserva estatutária calculada com base no saldo remanescente dos lucros apurados no exercício após as destinações legais obrigatórias (reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios) sendo destinada à aplicação em investimentos futuros. que visa a financiar parte do orçamento de capital. preparado pela Diretoria. compreendendo aquisição de equipamentos e máquinas. desenvolvimento do parque industrial e capital de giro. seu valor foi proposto pela Administração para posterior aprovação dos acionistas em Assembleia a ser realizada em 2021.

Reserva de liquidez

A Companhia manterá um fundo de liquidez destinado a proporcionar liquidez aos acionistas relativamente às suas respectivas ações. Anualmente. a quantia de 10% do lucro líquido será destinada a este até que se atinja 20% do capital social. e será enviado para a Administração para posterior aprovação dos acionistas em Assembleia a ser realizada em 2021.

Destinação do lucro líquido (prejuízo)

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício. ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

	2020
Prejuízo do exercício	(16.973)
Juros sobre capital próprio (*)	1.200
Ajuste de avaliação patrimonial	(15.773)
Base de cálculo	<u>(8)</u>
	2019
Lucro líquido do exercício	112.531
Juros sobre capital próprio (*)	(15.000)
Ajuste de avaliação patrimonial	1.583
Base de cálculo	<u>99.114</u>
Reserva legal 5%	(5.627)
Reserva de incentivos fiscais	(21.509)
Fundo de liquidez 10% (limitado a 20% da CSLL)	(11.253)
Dividendo mínimo obrigatório	(5.788)
Dividendo adicional proposto	(15.990)
Reserva de Lucros a Destinar	(4.260)
	2018
Lucro líquido do exercício	92.729
Juros sobre capital próprio (*)	(6.600)
Ajuste de avaliação patrimonial	2.033
Base de cálculo	<u>88.162</u>
Reserva legal 5%	(4.950)
Reserva de incentivos fiscais	(21.942)
Fundo de liquidez 10% (limitado a 20% da CSLL)	(9.900)
Dividendo mínimo obrigatório	(9.942)
Dividendo adicional proposto	(3.848)
Reserva de Investimento	(37.547)

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

- (*) De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 17.000 (R\$ 15.000 em 2019 e R\$ 6.600 em 2018), os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito dessas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do passivo circulante. O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício foram reduzidos em R\$ 5.780 (R\$ 5.100 em 2019 e R\$ 2.244 em 2018), aproximadamente, em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

O prejuízo de exercício foi absorvido pelas reservas de lucros, e serão objeto de aprovação pelos acionistas em Assembleia a ser realizada em 2021.

Dividendos

	2020	2019	2018
R\$ 0,006 por ação ordinária (2019 R\$ 0,6454 e 2018 R\$ 0,4666)	-	21.779	13.790
Total	-	21.779	13.790

Ajustes de avaliação patrimonial

Decorrentes do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 que corresponde ao IAS 16, e CPC 10 correspondente ao IFRS 2, na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem, além de resultado com transações entre acionistas. Na medida em que os bens, objeto da atribuição de novo valor, são depreciados ou baixados contra o resultado, os respectivos valores são transferidos da conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial para Lucros acumulados.

25 Receita operacional líquida

	Consolidado		
	2020	2019	2018
Receita bruta			
Vendas mercado interno	890.055	1.027.508	998.289
Vendas mercado externo	11.176	16.980	17.530
Receitas de franquias	10.756	45.518	42.449
Receitas de alugueis	809	4.897	918
	<u>912.796</u>	<u>1.094.903</u>	<u>1.059.186</u>
Menos:			
Impostos sobre vendas	(151.646)	(174.212)	(169.201)
Descontos concedidos	(5.245)	(6.345)	(6.366)
Devoluções e abatimentos	(23.715)	(23.020)	(23.533)
	<u>732.190</u>	<u>891.326</u>	<u>860.086</u>
Total de receita operacional líquida	<u>732.190</u>	<u>891.326</u>	<u>860.086</u>
	Controladora		
	2020	2019	2018
Receita bruta			
Vendas mercado interno	713.054	794.957	765.898
Vendas mercado externo	4.815	12.700	14.837
Receitas de franquias	1.710	-	-
Receitas de alugueis	818	9.903	4.749
	<u>720.397</u>	<u>817.560</u>	<u>785.484</u>
Menos:			
Impostos sobre vendas	(130.714)	(146.110)	(139.030)
Descontos concedidos	(3.649)	(3.877)	(3.549)
Devoluções e abatimentos	(16.667)	(13.077)	(15.575)
	<u>569.367</u>	<u>654.496</u>	<u>627.328</u>
Total de receita operacional líquida	<u>569.367</u>	<u>654.496</u>	<u>627.328</u>

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando transfere o controle do produto para seus clientes. Os principais clientes da Companhia e suas controladas são as multimarcas, franquias e lojas de departamento - as vendas são feitas diretamente a eles e a Companhia e suas controladas não opera em regime de consignação. A transferência de controle normalmente ocorre quando as mercadorias encomendadas por uma loja são entregues a ela. A receita é mensurada com base na contraprestação acordada com o cliente no momento da realização do pedido. A Companhia e suas controladas não oferecem programa de fidelidade ou abatimento ou qualquer outro tipo de acordo que possa resultar em ajustes nos preços determinados no momento da realização do pedido. A Companhia e suas controladas são apenas obrigadas a reembolsar ou substituir produtos com defeito ou danificados, no entanto, o custo de tais reembolsos ou substituições não tem sido historicamente significativo.

Segmentos operacionais

A Companhia e suas controladas possuem apenas um segmento operacional definido como têxtil, o qual abrange a produção e a comercialização de artigos de vestuário e acessórios. A Companhia e suas controladas estão organizadas, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos. Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, mercados ou canais de venda;
- as suas unidades fabris operam para todas as suas linhas de produtos, mercados e canais de venda;
- as decisões estratégicas da Companhia e suas controladas estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal.

Os produtos da Companhia são distribuídos por marcas e canais diferentes (Marca: Lupo, TriFil e Scala e Canal: Multimarca, Franquias, Lojas de departamento, *Private label* e Webstore), no entanto, são controlados e gerenciados pela administração como único segmento, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada.

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta mercado interno consolidada por marca e canal de distribuição, conforme demonstrado a seguir:

Marca	Consolidado		
	2020	2019	2018
Lupo	501.838	597.733	563.010
TriFil	146.464	167.495	175.553
Lupo Sport	59.545	75.016	61.476
Outras (i)	13.254	34.102	42.567
Receita líquida mercado interno	721.101	874.346	842.606
Receita líquida mercado externo	11.089	16.980	17.480
Receita líquida total	732.190	891.326	860.086

- (i) Considera vendas de matérias-primas como fios, elásticos, acessórios e aluguel de imóveis.

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Canal	Consolidado		
	2020	2019	2018
Multimarcas	447.774	508.954	496.417
Franquias	159.538	232.111	214.134
Lojas de departamento	104.822	119.752	114.600
<i>Private label</i>	7.222	11.000	10.900
Outras (i)	1.745	2.529	6.555
Receita líquida mercado interno	721.101	874.346	842.606
Receita líquida mercado externo	11.089	16.980	17.480
Receita líquida total	732.190	891.326	860.086

(i) Considera substancialmente aluguel de propriedade.

	Consolidado		
	2020	2019	2018
Receita bruta mercado interno	872.747	1.048.558	1.011.807
Receita bruta mercado externo (ii)	11.089	16.980	17.480
Receita bruta	883.837	1.065.538	1.029.287
Deduções da receita	(151.647)	(174.212)	(169.201)
Receita líquida vendas	732.190	891.326	860.086

(ii) A receita com o mercado externo não está evidenciada por modalidade, tendo em vista que em 31 de dezembro de 2020 representa apenas 1,25% (1,59% em 31 de dezembro de 2019) e (1,70% em 31 de dezembro de 2018) do total consolidado receita operacional.

Não há clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% das vendas no mercado interno e externo.

26 Custos dos produtos vendidos

	Consolidado		
	2020	2019	2018
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(297.433)	(343.154)	(333.593)
Despesas com pessoal	(182.273)	(199.266)	(191.131)
Depreciação e amortização	(18.093)	(17.898)	(27.649)
Energia elétrica	(16.847)	(24.761)	(22.528)
Outros	(35.651)	(31.843)	(16.708)
	(550.297)	(616.922)	(591.609)
	Controladora		
	2020	2019	2018
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(216.027)	(279.782)	(235.530)
Despesas com pessoal	(136.048)	(163.014)	(162.679)
Depreciação e amortização	(14.972)	(14.231)	(10.826)
Energia elétrica	(9.103)	(9.264)	(8.340)
Outros	(29.705)	(1.877)	(8.343)
	(405.855)	(449.711)	(425.718)

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

27 Despesas com vendas

	Consolidado		
	2020	2019	2018
Despesas com fretes e serviços prestados	(42.362)	(53.355)	(48.486)
Comissões sobre as vendas	(33.022)	(37.996)	(37.187)
Despesas com pessoal	(26.385)	(31.424)	(33.273)
Propaganda e publicidade	(4.681)	(18.180)	(17.927)
Direitos autorais	(1.344)	(2.281)	(5.030)
Materiais de consumo	(117)	(92)	(91)
Depreciação e amortização	(895)	(967)	(715)
	<u>(108.806)</u>	<u>(144.295)</u>	<u>(142.709)</u>
	Controladora		
	2020	2019	2018
Despesas com fretes e serviços prestados	(28.977)	(37.222)	(33.011)
Comissões sobre as vendas	(25.751)	(29.830)	(29.390)
Despesas com pessoal	(19.288)	(20.256)	(19.937)
Propaganda e publicidade	(4.620)	(17.875)	(17.718)
Direitos autorais	(809)	(1.479)	(1.442)
Materiais de consumo	(85)	(61)	(83)
Depreciação e amortização	(736)	(815)	(554)
	<u>(80.266)</u>	<u>(107.538)</u>	<u>(102.135)</u>

28 Despesas administrativas e gerais

	Consolidado		
	2020	2019	2018
Despesas com pessoal	(28.422)	(34.355)	(37.410)
Serviços prestados e outros	(9.112)	(10.422)	(9.398)
Despesa com dirigentes	(3.580)	(3.216)	(3.178)
Despesas gerais	(4.963)	(12.708)	(8.914)
Depreciação e amortização	(2.798)	(3.908)	(3.191)
	<u>(48.875)</u>	<u>(64.609)</u>	<u>(62.091)</u>
	Controladora		
	2020	2019	2018
Despesas com pessoal	(19.476)	(22.158)	(20.586)
Serviços prestados e outros	(6.156)	(6.385)	(4.037)
Despesa com dirigentes	(3.580)	(3.216)	(3.057)
Despesas gerais	(3.200)	(3.456)	(5.586)
Depreciação e amortização	(2.415)	(3.063)	(2.442)
	<u>(34.827)</u>	<u>(38.278)</u>	<u>(35.708)</u>

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

29 Outras receitas e despesas operacionais

<i>Outras receitas operacionais</i>	Consolidado		
	2020	2019	2018
Recuperação de despesas (Nota 11 (*))	4.249	86.719	-
Reversão de provisão de contingência	11.666	6.003	19.916
Rendas eventuais	-	10.026	5.531
Receita de doações (PRONAS)	-	-	2.915
Venda de ativo imobilizado	-	-	387
Outros	6.548	8.503	4.526
	<u>22.463</u>	<u>111.251</u>	<u>33.275</u>

<i>Outras despesas operacionais</i>	Consolidado		
	2020	2019	2018
Despesas legais	(6)	(156)	(1.247)
Provisão para contingências	(2.725)	(2.147)	(1.364)
Custo do ativo baixado	(134)	(3.902)	(786)
Serviços de terceiros	(119)	-	-
Manutenção	(3.838)	(1.897)	-
Indenizações	(1.736)	-	-
Outros	(1.639)	(13.190)	(5.994)
	<u>(10.197)</u>	<u>(21.292)</u>	<u>(9.391)</u>

<i>Outras receitas operacionais</i>	Controladora		
	2020	2019	2018
Recuperação de despesas (Nota 11 (*))	653	76.966	243
Reversão de provisão de contingência	414	917	-
Rendas eventuais	5.486	4.713	-
Receita de doações (PRONAS)	-	-	940
Venda de ativo imobilizado	-	2	382
Outros	314	954	309
	<u>6.867</u>	<u>83.553</u>	<u>1.874</u>

<i>Outras despesas operacionais</i>	Controladora		
	2020	2019	2018
Provisão para contingências	(2.725)	(829)	-
Custo do ativo baixado	(237)	(2)	(510)
Serviços de terceiros	-	-	(302)
Manutenção	-	(1.895)	-
Outros	(448)	(6.449)	(4.939)
	<u>(3.410)</u>	<u>(9.175)</u>	<u>(5.751)</u>

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

30 Receitas e despesas financeiras

	Consolidado		
	2020	2019	2018
Receita financeira:			
Juros recebidos	4.578	9.464	8.215
Descontos obtidos	501	1.805	419
Ganho de variação cambial	3.957	9.344	10.621
Total das receitas financeiras	<u>9.036</u>	<u>20.613</u>	<u>19.255</u>
Despesa financeira:			
Despesa de juros sobre passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	(5.398)	(11.731)	(10.140)
Perda de variação cambial	(5.329)	(9.187)	(9.644)
Descontos concedidos	(4.838)	(5.262)	(2.731)
Total das despesas financeiras	<u>(15.565)</u>	<u>(26.180)</u>	<u>(22.515)</u>
Financeiras líquidas	<u>(6.529)</u>	<u>(5.567)</u>	<u>(3.260)</u>
	Controladora		
	2020	2019	2018
Receita financeira:			
Juros recebidos	4.098	8.733	7.400
Descontos obtidos	51	77	159
Ganho de variação cambial	2.236	4.520	4.580
Total das receitas financeiras	<u>6.385</u>	<u>13.330</u>	<u>12.139</u>
Despesa financeira:			
Despesa de juros sobre passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	(4.805)	(6.272)	(3.163)
Perda de variação cambial	(4.586)	(3.769)	(4.488)
Descontos concedidos	(366)	(3.411)	(1.061)
Total das despesas financeiras	<u>(13.306)</u>	<u>(13.453)</u>	<u>(8.712)</u>
Financeiras líquidas	<u>(6.921)</u>	<u>(122)</u>	<u>3.427</u>

31 Resultado por ação

O lucro básico por ação da Companhia é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas, pela quantidade de ações ordinárias emitidas, excluindo as ações compradas pela companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	Consolidado e Controladora		
	2020	2019	2018
(Prejuízo) Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	(16.973)	112.531	92.729
Quantidade de ações ordinárias – milhares	200.000	200.000	200.000
Quantidade de ações ordinárias em tesouraria - milhares	(2.406)	(1.494)	(1.190)
	<u>197.594</u>	<u>198.506</u>	<u>198.810</u>
(Prejuízo) Lucro Básico por ação – R\$	<u>(0.1719)</u>	<u>0.5669</u>	<u>0.4664</u>

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

32 Eventos subsequentes

(i) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS

Em 20 de agosto de 2019 a controlada Itabuna Têxtil Ltda. (“Itabuna”) obteve decisão favorável transitada em julgado referente ao processo judicial nº 0006028-33.2007.4.01.3311, no qual pleiteou provimento jurisdicional para assegurar seu direito de afastar a inclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins. A Companhia apurou os valores com base no ICMS pago sem considerar os efeitos da modulação em 2021 e em função da materialidade decidiu pelo não reconhecimento dos créditos naquela época. No entanto, em 13 de maio de 2021, o plenário do Superior Tribunal Federal deferiu, em decisão de repercussão geral, a tratativa sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS com a modulação do procedimento de cálculo deduzindo o valor do ICMS destacado em nota fiscal na base de apuração do PIS e da COFINS. Por conta disto, a Itabuna apurou seu saldo de crédito com base na sua tese transitada em julgado em processos nos quais discutia este direito. O montante registrado em junho de 2021 foi de R\$ 65.941, sendo R\$ 12.125 referente PIS e R\$ 53.816 referente COFINS.

A mensuração dos créditos relacionados a estes processos foi apurada com o apoio de assessores legais e tributários, considerando os períodos acima indicados e o direito da Itabuna à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS sem qualquer restrição, uma vez que as decisões que transitaram em julgado garantem que todo o ICMS exigido da Itabuna deveria ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS, não importando a modalidade de cobrança de acordo com os seus assessores jurídicos.

A compensação dos créditos ocorrerá na medida que as habilitações via procedimento administrativo perante a Receita Federal do Brasil sejam efetuadas.

(ii) Distribuição de dividendos

Em 13 de agosto de 2021, a Reunião do Conselho de Administração aprovou, ad referendum da Assembleia Geral, conforme balanço levantado em 30 de junho de 2021, e sujeita à condição suspensiva de concessão do registro de companhia aberta pela Comissão de Valores Mobiliários e de listagem da Companhia no segmento especial de listagem da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão designado como “Novo Mercado”, a distribuição de dividendos no valor de R\$ 103.533, cuja data de pagamento será no prazo de 05 (cinco) dias do cumprimento das condições suspensivas, de forma que as ações da Companhia serão negociadas “ex-direito” a dividendos a partir da realização da oferta.

* * *

Diretoria

Liliana Aufiero
Diretora-presidente

Carlos Alberto Mazzeu
Diretor-superintendente

Conselho da Administração

Notas Explicativas

Lupo S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020

Carlos Dinucci - Presidente
Alexandra Lupo
Altamiro Boscoli
Elvio Lupo Junior
Liliana Aufiero

Contador

André Fernando Bueno
CRC/SP nº 1SP 277378/O-6

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores da Lupo S.A.

Araraquara – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lupo S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Lupo S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Reemissão das demonstrações financeiras

Chamamos a atenção à nota explicativa no 3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que foram alterados e estão sendo reemitidas para refletir os pronunciamentos contábeis CPC 41 / IAS 33 – Resultado por ação e CPC 22 / IFRS 8 – Informação por segmento em função do pedido de registro da Companhia como emissor de valores mobiliários descrito na referida nota explicativa. Em 17 de agosto de 2021, emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lupo S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que ora estão sendo reemitidas. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável de unidades geradoras de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura

Veja as Notas 5.2, 7.o, 7.r, 14 e 16 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria

A Companhia reconheceu, em 30 de novembro de 2016, como investimento (individual) e ativo intangível (consolidado), o montante de R\$ 53.245 referente ao ágio por expectativa de rentabilidade futura devido a aplicação do método de aquisição para a combinação de negócio da Scalina Ltda.

Conforme, CPC 01/IAS 36 – Redução ao valor recuperável de ativos, o ágio por expectativa de rentabilidade futura deve ser testado anualmente. Consequentemente, a Companhia estimou o valor recuperável da unidade geradora de caixa ("UGC"), a qual esse ativo está alocado, com base no valor em uso.

A determinação do valor em uso considera os fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, e envolve o uso de premissas tais como: (i) período projetivo (5 anos); (ii) perpetuidade; (iii) a taxa de desconto baseada no custo médio ponderado de capital (WAAC); (iv) sensibilização do crescimento da receita líquida de acordo com o ajuste inflacionário e mais um percentual do produto interno bruto - PIB.

Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido à relevância do ágio por expectativa de rentabilidade futura e às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor em uso da unidade geradora de caixa que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos do ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- A avaliação dos desenhos e implementação dos controles internos chaves relacionados com a determinação dos valores recuperáveis da UGC que contêm ágio por expectativa de rentabilidade futura originado em combinação de negócio;

- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas:

(i) se a estimativa do valor em uso foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa e na estimativa da taxa de desconto;

(ii) se as principais premissas consideradas na projeção (período projetivo; perpetuidade; taxa de desconto; inflação e PIB) estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e são condizentes com orçamento aprovado pela Administração da Companhia;

(iii) sensibilização dessas principais premissas;

(iii) do recálculo da taxa de desconto com base na metodologia WACC; e

(iv) se os cálculos matemáticos estão adequados.

- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.

Com base, nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos aceitável o saldo do ágio por expectativa de rentabilidade futura, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 17 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP-027611/F

Giovani Ricardo Pigatto

Contador CRC 1SP263189/O-7

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

LILIANA AUFIERO, brasileira, solteira, engenheira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.060.099- 6J e inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob nº 068.947.558-68, na qualidade de Diretora Presidente da LUPO S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, na Rodovia Washington Luís, km 276,5, CEP 14.803-900, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 43.948.405/0001-69 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

Araraquara, 17 de agosto de 2021.

LILIANA AUFIERO

Diretora Presidente

CARLOS ALBERTO MAZZEU, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.968.341-9 e inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 078.049.378-81, na qualidade de Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores da LUPO S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, na Rodovia Washington Luís, km 276,5, CEP 14.803-900, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 43.948.405/0001-69 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

Araraquara, 17 de agosto de 2021.

CARLOS ALBERTO MAZZEU

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

LILIANA AUFIERO, brasileira, solteira, engenheira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.060.099- 6J e inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob nº 068.947.558-68, na qualidade de Diretora Presidente da LUPO S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, na Rodovia Washington Luís, km 276,5, CEP 14.803-900, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 43.948.405/0001-69 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

Araraquara, 17 de agosto de 2021.

LILIANA AUFIERO

Diretora Presidente

CARLOS ALBERTO MAZZEU, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.968.341-9 e inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 078.049.378-81, na qualidade de Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores da LUPO S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo, na Rodovia Washington Luís, km 276,5, CEP 14.803-900, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 43.948.405/0001-69 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

Araraquara, 17 de agosto de 2021.

CARLOS ALBERTO MAZZEU

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores